



31 de Março de 2014
Demonstrações Contábeis Completas

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias consolidadas	3
Balanço patrimonial consolidado	5
Demonstração do resultado consolidado	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido consolidado	7
Demonstração dos fluxos de caixa consolidado	8
Demonstração do valor adicionado consolidado	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas	10

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias consolidadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Votorantim S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Votorantim S.A. (“Banco”), em 31 de março de 2014, as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas (“Informações contábeis intermediárias consolidadas”).

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração consolidada do valor adicionado

Revisamos também, as informações contábeis intermediárias consolidadas, do valor adicionado (DVA) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de abril de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Balço Patrimonial consolidado

em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo		31/03/2014	31/12/2013	Passivo		31/03/2014	31/12/2013
Circulante		55.647.596	54.105.363	Circulante		61.902.941	64.441.897
Disponibilidades	(Nota 5)	90.410	206.299	Depósitos	(Nota 19a)	5.258.275	6.923.383
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 6a)	11.853.620	11.622.995	Depósitos à vista		176.438	268.648
Aplicações no mercado aberto		9.798.245	9.671.636	Depósitos interfinanceiros		1.554.911	1.496.718
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.685.144	1.811.086	Depósitos a prazo		3.526.926	5.158.017
Aplicações em moeda estrangeira		370.231	140.273	Captações no mercado aberto	(Nota 19c)	26.521.785	30.275.687
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		12.285.363	14.814.611	Carteira própria		21.694.578	28.885.519
Carteira própria	(Nota 7b)	5.278.539	7.501.692	Carteira de terceiros		4.174.233	1.088.437
Vinculados a compromissos de recompra	(Nota 7b)	5.620.453	5.630.861	Carteira livre movimentação		652.974	301.731
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8a)	399.022	367.642	Recursos de aceites e emissão de títulos	(Nota 20a)	10.659.753	11.311.586
Vinculados à prestação de garantias	(Nota 7b)	987.349	1.314.416	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		8.222.107	8.255.709
Relações interfinanceiras	(Nota 9)	169.206	237.954	Recursos de debêntures		1.545.878	1.504.352
Créditos vinculados				Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		891.768	1.551.525
Depósitos no Banco Central		60.799	127.775	Relações interfinanceiras	(Nota 9)	2.342	-
Repasse interfinanceiros		106.750	109.419	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.342	-
Correspondentes		1.657	760	Relações interdependências	(Nota 21)	38.604	36.524
Relações interdependências		1.376	1.376	Recursos em trânsito de terceiros		36.710	26.156
Transferências internas de recursos		1.376	1.376	Transferências internas de recursos		1.894	10.368
Operações de crédito	(Nota 10)	23.012.491	22.987.832	Obrigações por empréstimos	(Nota 22a)	1.607.212	2.048.352
Operações de crédito - Setor público		25.898	14.161	Empréstimos no País - Outras instituições		4.040	3.847
Operações de crédito - Setor privado		20.343.727	20.849.413	Empréstimos no exterior		1.603.172	2.044.505
Operações de crédito vinculadas a cessão		5.244.539	4.721.684	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	(Nota 22c)	1.472.915	1.623.325
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(2.601.673)	(2.597.426)	Tesouro Nacional		107.005	124.736
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 10)	425.042	541.897	BNDDES		774.312	862.891
Arrendamentos a receber - Setor privado		968.858	1.183.698	FINAME		591.598	635.698
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(496.176)	(586.681)	Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8a)	526.030	586.062
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(47.640)	(55.120)	Instrumentos financeiros derivativos		526.030	586.062
Outros créditos		7.317.797	3.177.478	Outras obrigações		15.816.025	11.636.978
Créditos por avais e fianças honrados	(Nota 10)	43.059	-	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		10.662	7.808
Carteira de câmbio	(Nota 11a)	4.908.541	1.282.811	Carteira de câmbio	(Nota 11a)	4.032.189	340.538
Rendas a receber		134.175	35.610	Sociais e estatutárias	(Nota 23)	60.797	346.946
Negociação e intermediação de valores	(Nota 12)	117.677	151.794	Fiscais e previdenciárias	(Nota 24a)	578.555	649.269
Diversos	(Nota 13)	2.744.698	2.251.497	Negociação e intermediação de valores	(Nota 12)	97.952	134.662
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(Nota 10e)	(630.353)	(544.234)	Dívidas subordinadas	(Nota 25a)	2.205.094	2.142.980
Outros valores e bens	(Nota 14)	492.291	514.921	Diversas	(Nota 26)	8.830.776	8.014.775
Outros valores e bens		123.239	128.313	Exigível a longo prazo		35.343.838	33.873.157
Provisões para desvalorizações		(25.553)	(21.517)	Depósitos	(Nota 19a)	1.658.633	1.548.697
Despesas antecipadas		394.605	408.125	Depósitos interfinanceiros		917.327	890.917
Realizável a longo prazo		48.624.088	50.943.134	Depósitos a prazo		741.306	657.780
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 6a)	161.650	82.505	Captações no mercado aberto	(Nota 19c)	2.828.312	2.177.636
Aplicações em depósitos interfinanceiros		161.650	82.505	Carteira própria		2.828.312	2.177.636
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		16.665.967	17.701.293	Recursos de aceites e emissão de títulos	(Nota 20a)	12.796.819	12.726.103
Carteira própria	(Nota 7b)	6.160.969	5.595.020	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		7.667.906	7.405.258
Vinculados a compromissos de recompra	(Nota 7b)	7.821.200	9.438.985	Recursos de debêntures		78	66
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8a)	705.840	859.548	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		5.128.835	5.320.779
Vinculados à prestação de garantias	(Nota 7b)	1.977.958	1.807.740	Relações interdependências	(Nota 21)	-	225
Operações de crédito	(Nota 10)	24.701.428	25.524.569	Recursos em trânsito de terceiros		-	225
Operações de crédito - Setor público		421.876	455.595	Obrigações por empréstimos	(Nota 22a)	157.204	14.050
Operações de crédito - Setor privado		18.741.162	20.080.087	Empréstimos no País - Outras instituições		3.781	3.780
Operações de crédito vinculadas a cessão		6.515.547	6.113.952	Empréstimos no exterior		153.423	10.270
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(977.157)	(1.125.065)	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	(Nota 22c)	2.888.519	2.966.289
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 10)	312.033	372.323	Tesouro Nacional		2.000	2.000
Arrendamento a receber - Setor privado		550.039	686.481	BNDDES		1.602.171	1.702.192
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(217.461)	(287.437)	FINAME		1.284.348	1.262.097
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(20.545)	(26.721)	Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8a)	864.395	776.175
Outros créditos		6.379.899	6.841.166	Instrumentos financeiros derivativos		864.395	776.175
Créditos por avais e fianças honrados	(Nota 10)	601.002	612.388	Outras obrigações		14.149.956	13.663.982
Carteira de câmbio	(Nota 11a)	1.605	1.899	Fiscais e previdenciárias	(Nota 24a)	954.516	1.004.877
Rendas a receber		2.749	1.303	Negociação e intermediação de valores	(Nota 12)	86.522	36.313
Negociação e intermediação de valores	(Nota 12)	2.164	5.407	Dívidas subordinadas	(Nota 25a)	5.307.256	5.215.233
Diversos	(Nota 13)	5.772.511	6.220.319	Diversas	(Nota 26)	7.801.662	7.407.559
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(Nota 10e)	(132)	(150)	Resultados de exercícios futuros		31.562	34.287
Outros valores e bens	(Nota 14)	403.111	421.278	Patrimônio líquido		7.339.034	7.140.682
Outros valores e bens		1.176	1.463	Capital			
Provisões para desvalorizações		(233)	(282)	De domiciliados no País		7.125.761	7.125.761
Despesas antecipadas		402.168	420.097	Reservas de Capital		372.120	372.120
Permanente		345.691	441.526	Ajustes de avaliação patrimonial	(Nota 27c)	(311.103)	(357.199)
Investimentos		187.405	280.330	Lucros Acumulados		152.256	-
Participações em controladas				Total do ativo		104.617.375	105.490.023
No País	(Nota 15a)	131.409	200.856	Total do passivo		104.617.375	105.490.023
Outros investimentos	(Nota 15b)	96.973	120.451				
Provisão para perdas	(Nota 15b)	(40.977)	(40.977)				
Imobilizado de uso	(Nota 16)	92.520	94.574				
Outras imobilizações de uso		221.722	217.542				
Depreciações acumuladas		(129.202)	(122.968)				
Intangível	(Nota 17)	41.765	41.879				
Ativos intangíveis		66.179	64.421				
Amortização acumulada		(24.414)	(22.542)				
Diferido	(Nota 18)	24.001	24.743				
Gastos de organização e expansão		41.765	41.767				
Amortização acumulada		(17.764)	(17.024)				

Banco Votorantim S.A.

Demonstração do Resultado consolidado

Trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

		<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas da intermediação financeira		<u>3.357.735</u>	<u>2.729.370</u>
Operações de crédito	(Nota 10j)	1.857.233	2.017.011
Resultado de operações de arrendamento mercantil	(Nota 10k)	41.133	65.743
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 7c)	843.125	921.254
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8o)	(13.256)	(595.551)
Resultado de operações de câmbio	(Nota 11b)	-	2.289
Resultado das aplicações compulsórias		278	13.658
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	(Nota 10h)	629.222	304.966
Despesas da intermediação financeira		<u>(2.856.265)</u>	<u>(2.470.714)</u>
Operações de captação no mercado	(Nota 20c)	(1.430.624)	(1.240.125)
Operações de empréstimos e repasses	(Nota 22e)	(24.670)	(22.763)
Resultado de operações de câmbio	(Nota 11b)	(24.747)	-
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	(Nota 10h)	(573.589)	(203.426)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 10f)	(802.635)	(1.004.400)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>501.470</u>	<u>258.656</u>
Outras receitas / (despesas) operacionais		<u>(385.197)</u>	<u>(681.694)</u>
Receitas de prestação de serviços	(Nota 28)	105.124	109.073
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 29)	139.019	129.442
Despesas de pessoal	(Nota 30)	(257.410)	(227.863)
Outras despesas administrativas	(Nota 31)	(283.560)	(367.262)
Despesas tributárias	(Nota 24b)	(115.237)	(125.897)
Resultado de participações em controladas	(Nota 15a)	41.238	24.380
Outras receitas operacionais	(Nota 32)	174.409	16.834
Outras despesas operacionais	(Nota 33)	(188.780)	(240.401)
Resultado operacional		<u>116.273</u>	<u>(423.038)</u>
Resultado não operacional	(Nota 34)	<u>142.228</u>	<u>(18.012)</u>
Receitas não operacionais		149.147	-
Despesas não operacionais		(6.919)	(18.012)
Resultado antes da tributação sobre o Lucro e participações		<u>258.501</u>	<u>(441.050)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(Nota 35)	<u>(60.360)</u>	<u>204.554</u>
Provisão para Imposto de Renda		(45.069)	123.348
Provisão para Contribuição Social		(41.002)	75.823
Ativo fiscal diferido		25.711	5.383
Participações nos Lucros e Resultados		<u>(45.885)</u>	<u>(41.649)</u>
Lucro/ (Prejuízo) antes da participação de acionistas não controladores		<u>152.256</u>	<u>(278.145)</u>
Participação de acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro / (Prejuízo) do período		<u><u>152.256</u></u>	<u><u>(278.145)</u></u>

Banco Votorantim S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de valor patrimonial	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de Capital		Legal	Expansão			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>7.026.841</u>	<u>-</u>	<u>585.104</u>	<u>299.612</u>	<u>-</u>	<u>298.879</u>	<u>-</u>	<u>8.210.436</u>
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 27c)	-	-	-	-	-	(261.519)	-	(261.519)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(278.145)	(278.145)
Mutações do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(261.519)</u>	<u>(278.145)</u>	<u>(539.664)</u>
Saldos em 31 de março de 2013	<u>7.026.841</u>	<u>-</u>	<u>585.104</u>	<u>299.612</u>	<u>-</u>	<u>37.360</u>	<u>(278.145)</u>	<u>7.670.772</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>7.026.841</u>	<u>98.920</u>	<u>372.120</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(357.199)</u>	<u>-</u>	<u>7.140.682</u>
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 27c)	-	-	-	-	-	46.096	-	46.096
Integralização de Capital	98.920	(98.920)	-	-	-	-	-	-
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	152.256	152.256
Mutações do período	<u>98.920</u>	<u>(98.920)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46.096</u>	<u>152.256</u>	<u>198.352</u>
Saldos em 31 de março de 2014	<u>7.125.761</u>	<u>-</u>	<u>372.120</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(311.103)</u>	<u>152.256</u>	<u>7.339.034</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa provenientes das operações		
Resultado do período	152.256	(278.145)
Ajustes ao Prejuízo:	951.935	1.821.429
Depreciações e amortizações	7.485	7.439
Resultado de equivalência patrimonial	(41.238)	(24.380)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	802.635	1.004.400
Provisão para passivos contingentes e obrigações legais	175.871	286.971
Ajuste a mercado reconhecido no resultado	3.659	544.264
Resultado não operacional	3.523	2.735
Variações patrimoniais		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	554.825	1.453.625
Títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	2.167.248	628.365
Relações interfinanceiras e interdependências	72.945	544.183
Operações de crédito e arrendamento mercantil	130.290	(869.303)
Outros créditos	(3.679.052)	741.644
Outros valores e bens	37.423	10.462
Depósitos	(1.555.172)	(2.961.642)
Captações no mercado aberto	(3.096.873)	(1.266.453)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(581.117)	(258.936)
Obrigações por empréstimos e repasses	(526.166)	(537.623)
Outras obrigações	4.483.343	4.291.668
Resultados de exercícios futuros	(2.725)	(639)
Caixa gerado / (utilizado) pelas operações	(890.840)	3.318.635
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	2.122.509	(668.659)
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(642.860)	-
Alienação de investimentos	23.478	-
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento	1.992	6.516
Alienação de diferido	1	1
Alienação no intangível	639	6.374
Aquisição de investimentos	(24.500)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(4.729)	(12.119)
Aplicações no intangível	(2.476)	(9.260)
Dividendos recebidos	11.357	-
Outros	(2)	-
Caixa gerado / (utilizado) pelas atividades de investimento	1.485.409	(677.147)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		
Dívidas subordinadas	154.137	(293.620)
Caixa gerado / (utilizado) pelas atividades de financiamento	154.137	(293.620)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	748.706	2.347.868
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.049.165	1.177.501
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5.797.871	3.525.369
Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	748.706	2.347.868

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

Trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

		<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas		2.927.100	1.721.906
Intermediação financeira		3.357.735	2.729.370
Prestação de serviços e tarifas bancárias		244.143	238.515
Reversão / (Constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 10f)	(802.635)	(1.004.400)
Outras receitas / (despesas)		(14.371)	(223.567)
Resultado não operacional	(Nota 34)	142.228	(18.012)
Despesas da intermediação financeira		<u>(2.053.630)</u>	<u>(1.466.314)</u>
Insumos adquiridos de terceiros		<u>(245.108)</u>	<u>(330.215)</u>
Materiais, energia e outros		(1.254)	(1.627)
Serviços de terceiros	(Nota 31)	(5.863)	(3.711)
Outras		<u>(237.991)</u>	<u>(324.877)</u>
Comunicações	(Nota 31)	(16.092)	(15.959)
Manutenção e conservação de bens	(Nota 31)	(4.221)	(3.890)
Processamento de dados	(Nota 31)	(41.695)	(40.741)
Promoções e relações públicas	(Nota 31)	(1.069)	(722)
Publicações	(Nota 31)	(794)	(748)
Propaganda e publicidade	(Nota 31)	(645)	(308)
Serviços do sistema financeiro	(Nota 31)	(33.050)	(37.266)
Serviços técnicos especializados	(Nota 31)	(79.306)	(115.713)
Transportes	(Nota 31)	(4.237)	(3.150)
Viagens	(Nota 31)	(2.389)	(2.434)
Emolumentos judiciais e cartorários	(Nota 31)	(35.704)	(68.119)
Outras	(Nota 31)	<u>(18.789)</u>	<u>(35.827)</u>
Valor adicionado bruto		<u>628.362</u>	<u>(74.623)</u>
Depreciação e Amortização	(Nota 31)	<u>(7.485)</u>	<u>(7.439)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade		<u>620.877</u>	<u>(82.062)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		<u>41.238</u>	<u>24.380</u>
Resultado de participações em controladas		41.238	24.380
Valor adicionado total a distribuir		<u>662.115</u>	<u>(57.682)</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>662.115</u>	<u>(57.682)</u>
Pessoal		<u>264.621</u>	<u>233.708</u>
Remuneração direta	(Nota 30)	171.644	144.905
Participações nos Lucros e Resultados		45.885	41.649
Benefícios e treinamentos	(Nota 30)	31.993	33.357
FGTS		14.883	13.671
Outros		216	126
Impostos, taxas e contribuições		<u>214.271</u>	<u>(42.853)</u>
Municipais	(Nota 24b)	13.835	12.667
Estaduais	(Nota 24b)	-	17
Federais		200.436	(55.537)
Remuneração de capitais de terceiros		<u>30.967</u>	<u>29.608</u>
Aluguéis	(Nota 31)	30.967	29.608
Remuneração de capitais próprios		<u>152.256</u>	<u>(278.145)</u>
Lucro / (Prejuízo) do período		152.256	(278.145)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Votorantim S.A. é uma Companhia de Capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento e de operações de câmbio.

Por intermédio de suas controladas, a Companhia atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2014, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da BV Sistemas de Tecnologia da Informação S.A. ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2013, data base da operação, no montante de R\$ 20.813; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, acarreta uma racionalização das operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros; minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados. Como decorrência natural, a BV Sistemas teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação não implicará em um aumento do Capital Social do Banco e o Estatuto Social não sofrerá qualquer alteração.

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais de 31 de dezembro de 2013 da BV Sistemas incorporados pelo Banco Votorantim:

- Ativos: 65.852
- Passivos: 45.039
- Patrimônio Líquido: 20.813

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas

As Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº11.638/2007, complementada pela Lei nº11.941/2009, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do CMN. As alterações aprovadas pelo CMN foram:

- Os procedimentos observados no Pronunciamento Estrutural conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), naquilo que não conflitar com normas emitidas pelo CMN ou pelo Banco Central do Brasil - CPC-00 (R1);
- Os procedimentos de mensuração do valor recuperável de ativos - CPC-01 (R1);
- A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa em substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - CPC-03 (R2);
- A divulgação em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de informações sobre partes relacionadas - CPC-05 (R1);
- Pagamento baseado em ações - CPC-10 (R1);
- Definição de critérios para a seleção, alteração e divulgação de políticas contábeis, para as alterações nas estimativas contábeis e para as retificações de erros - CPC-23;
- Eventos subsequentes - CPC-24; e
- Os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgações de provisões, passivos e ativos contingentes - CPC-25.

Foi aplicado ainda o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Banco Central do Brasil, conforme determina regulamentação vigente:

- Demonstração do Valor Adicionado - CPC-09.
- A aplicação destes, e demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, não gerando impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas compreendem o Banco Votorantim e as controladas diretas, no País e no exterior, a seguir relacionadas:

	Percentual de participação	
	31/03/2014	31/12/2013
Controladas diretas no País		
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99,99%	99,99%
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda.	99,99%	99,99%
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	100%	100%
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	100%	100%
Controladas diretas no exterior		
Votorantim Bank Limited	99,99%	99,99%
Banco Votorantim Securities Inc.	100%	100%
Banco Votorantim Securities (UK) Limited	100%	100%

As participações em Sociedades Anônimas demonstradas no quadro acima são compostas somente por ações ordinárias.

As Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas de consolidação e instruções do CMN, aplicáveis ao Conglomerado Financeiro. Os principais procedimentos adotados no processo de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos, passivos, receitas e despesas entre controladora e controladas;
- Eliminação das participações no Capital, Reservas e Lucros acumulados das empresas controladas;
- Apresentação das operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, reclassificando o imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, reduzido do valor residual recebido antecipadamente, o ajuste da marcação a mercado da carteira de arrendamento mercantil, bem como os respectivos efeitos no resultado;
- Os saldos contábeis das controladas diretas no exterior, que são preparados de acordo com as normas internacionais de contabilidade, foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação do Dólar americano na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº4;
- A variação cambial das operações da agência e das empresas controladas no exterior foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem; e
- O processo não inclui a consolidação dos fundos de investimentos exclusivos e dos fundos de investimentos em direitos creditórios, de acordo com as normas de consolidação estabelecidas pelo CMN.

A emissão das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2014.

3 Gerenciamento de riscos e Capital

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Políticas, normas, manuais e procedimentos

O processo de gerenciamento de riscos conta com um conjunto de documentos que estabelece as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades de gerenciamento de riscos. O nível de detalhamento destes normativos está estruturado em função do objetivo de cada documento e organizado conforme a hierarquia apresentada a seguir:

- Políticas Corporativas: princípios e diretrizes fundamentais estabelecidos pelo nível máximo da hierarquia e aplicados para toda a organização, norteados as demais normas, procedimentos e manuais de produtos e serviços;
- Normas: regras estabelecidas para definir as atividades e a forma como os procedimentos são organizados, aprofundando os aspectos abordados nas políticas corporativas;

- Procedimentos: regras operacionais estabelecidas para descrever as atividades e as etapas de sua execução, detalhando os aspectos abordados nas normas; e
- Manuais de Produtos, Serviços, Sistemas e de Modelagens de Cálculo: conjunto de documentos que compilam as principais características sobre a estruturação dos produtos, serviços, sistemas e metodologias de cálculos utilizados.

Estes normativos estão publicados para consulta interna do Conglomerado, no Portal Corporativo (*intranet*), e são revistos e atualizados com periodicidade mínima anual, ou quando há mudanças significativas nos objetivos e estratégias do negócio ou mudanças significativas no enfoque e na metodologia de gestão do risco.

Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle de riscos de crédito estão em conformidade com a Resolução nº3.721 do CMN e práticas de mercado:

- Manuais e documentos contendo a estrutura organizacional, produtos, políticas corporativas e normas e procedimentos contendo fluxos e regras relacionados aos processos de governança, negócios e suporte de crédito;
- Adequado ambiente tecnológico englobando o ciclo de crédito com um fluxo de sistemas desde a admissão, acompanhamento e monitoramento até a reestruturação de crédito;
- Processo de validação cobrindo os riscos envolvidos em sistemas, acurácia dos modelos para cálculo e qualidade dos dados processados, bem como a abrangência dos documentos;
- Estrutura de comitês e alçadas de aprovação de crédito;
- Critérios e procedimentos de seleção de clientes e prevenção à lavagem de dinheiro;
- Normas de análise e concessão de crédito;
- Procedimentos de análise, aprovação e liberação de novos produtos com risco de crédito;
- Classificação da carteira em níveis de risco, ponderando o *rating* dos clientes, as garantias envolvidas, os prazos e os atrasos das operações;
- Classificação e análise de risco País;
- Acompanhamento de concentrações geográficas, setoriais e de grupos econômicos, bem como monitoramento dos limites internos e regulatórios definidos dentro das políticas e normas;
- Gestão de limites e risco de crédito de contraparte de instrumentos derivativos financeiros;
- Avaliação do risco em operações de venda ou transferência de ativos;

- Procedimentos formalizados contemplando o fluxo de recuperação de créditos;
- Estabelecimento de limites de exposição para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, tanto em nível individual quanto em nível agregado (grupo com interesse econômico comum) e de tomadores ou contrapartes com características semelhantes;
- Controle de garantias e instrumentos de mitigação de risco de crédito;
- Monitoramento da carteira ativa de crédito com sinais de alerta que possam influenciar a performance operacional ou financeira dos clientes, minimizando o risco de perda;
- Realização de testes de estresse, mensurando o efeito combinado de movimentos adversos em indicadores de atividade econômica, taxas de juros, taxas de câmbio e índices de crédito e estimando impactos financeiros afetando políticas e critérios de crédito;
- Emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Alta Administração, com indicadores do desempenho do gerenciamento do risco em decorrência das políticas e estratégias adotadas; e
- Procedimentos documentados de exceções à política.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas pelo Conglomerado. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de *commodities*.

A gestão é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à Tesouraria. A principal ferramenta utilizada para a mensuração de riscos de mercado é o VaR (Valor em Risco).

Os princípios básicos que são observados na gestão e controle de riscos de mercado estão em conformidade com a Resolução nº3.464 do CMN e práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- Segregação de carteiras: para efeito da gestão e do controle consolidado do risco de mercado das exposições, as operações são segregadas em dois tipos de carteiras, conforme a sua estratégia de negócio: carteira *trading* (negociação) ou carteira *banking* (não-negociação);
- Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e pela definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, *compliance* e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de mercado está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;

- Definição de metodologias de precificação e cálculo de riscos: para efeito do controle de riscos são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em práticas de mercado;
- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base nas medidas de risco, está estruturada com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pela Instituição; e
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle do risco de liquidez estão em conformidade com a Resolução nº4.090 do CMN e práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e a definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, compliance e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de liquidez está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- Definição de metodologias para construção de cenários: são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em práticas de mercado, que visam incorporar a dinâmica da contratação de novas operações e da liquidação das carteiras existentes;
- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base em métricas de riscos, estruturadas com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pelo Conselho de Administração;
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados; e

- Plano de contingência de liquidez: definição e revisão periódica de plano estruturado para recomposição dos níveis pré-estabelecidos de caixa, com a atribuição de responsáveis e instrumentos.

Risco operacional

Risco operacional é definido como o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos ao Conglomerado - inclui o risco legal, porém exclui o risco de estratégia e o risco de reputação.

Os princípios básicos observados pelo Conglomerado na gestão e controle do risco operacional estão em conformidade com a Resolução nº3.380 do CMN e práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos através dos comitês e comissões estabelecidos;
- Mapeamento dos controles existentes e análise dos riscos inerentes e residuais;
- Captura de perdas operacionais e manutenção de base de dados estruturada com informações referentes aos eventos;
- Estruturação de indicadores de risco operacional para monitoramento contínuo dos riscos priorizados;
- Análise, comunicação e implantação de planos de ação para melhoria de processos e controles e mitigação dos riscos incorridos; e
- Cálculo de Capital alocado para risco operacional a partir de metodologias estruturadas, baseadas nas práticas de mercado e adequadas em relação às exigências regulatórias.

Gerenciamento do Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital determinadas no documento “Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: uma Estrutura Revisada” (Basileia II), visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Conforme determinado pela Resolução nº3.988 do CMN, a Instituição implementou estrutura de gerenciamento de Capital que contempla os itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias claramente documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;

- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração); e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Com relação ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), o Conglomerado implantou a estrutura de governança e os processos necessários previstos na Resolução nº3.988 do CMN e na Circular nº3.547 do BACEN, contemplando a gestão de todos os riscos relevantes e o cálculo da necessidade de Capital.

Adequação do Patrimônio de Referência

A gestão do Patrimônio é executada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Banco.

Anualmente é elaborado um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações das empresas pertencentes ao Banco, visando a avaliação da suficiência de Capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios.

Mensalmente após a apuração do PR e do PRE, são divulgados, para as áreas envolvidas, relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e o Índice de Basileia.

Índice de Basileia	31/03/2014	31/12/2013
PR - Patrimônio de Referência	10.769.888	11.217.382
Nível I	7.028.993	7.100.432
Capital Principal	7.028.993	7.100.432
Patrimônio Líquido	7.186.779	7.178.608
Ajustes Prudenciais	310.042	40.251
Ativos diferidos	44.840	40.251
Nível II	3.740.895	4.116.950
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	3.740.895	4.116.950
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	58.379	-
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 (1) (2)	3.682.516	4.116.950
Recursos captados no exterior	2.820.964	2.962.359
Recursos captados com Letras Financeiras	1.187.762	1.154.591
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	74.298.595	77.308.820
Risco de Crédito (RWACPAD)	68.623.592	71.990.485
Risco de Mercado (RWAMPAD)	1.513.036	1.677.609
Risco Operacional (RWAOPAD)	4.161.967	3.640.726
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (3)	8.172.845	8.503.970
Capital Principal Mínimo Requerido (4)	3.343.437	3.478.897
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido (5)	4.086.423	4.251.985
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	189.785	205.459
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.597.043	2.713.412
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	3.685.557	3.621.535
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido	2.942.571	2.848.447
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido incluído RBAN	2.407.258	2.507.953
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	9,46%	9,18%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	9,46%	9,18%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,50%	14,51%
Limite de imobilização	31/03/2014	31/12/2013
Limite para imobilização	5.384.943	5.608.842
Valor da situação para o limite de imobilização	344.005	437.088
Valor da margem ou insuficiência	5.040.938	5.171.754

O Índice de Basileia divulgado foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente. A partir de 01.10.2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de Capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. A base para a verificação dos limites operacionais também foi alterada, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01.01.2015. Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, respectivamente.

Em atendimento à Circular nº3.477/2009 do Bacen, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

4 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações em moedas estrangeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e aplicações em operações compromissadas - posição bancada cujo vencimento das operações, na data da aplicação, seja de até 90 dias.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

- (i) Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de avaliação a mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados “pro rata” dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como “*hedge*” de risco de mercado são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, por modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos que, classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade, são utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- (i) **Hedge de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e
- (ii) **Hedge de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria têm seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; os instrumentos que não atendam aos critérios de *hedge* têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Administração formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais e consagrados. A Administração deverá avaliar, tanto no início do relacionamento, como continuamente, se existe expectativa de que os instrumentos sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual é designado, e se os resultados reais estão dentro da faixa de 80-125 por cento, conforme previsto na regulamentação vigente.

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo e reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

f. Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. Nos casos em que há ações revisionais em andamento, admite-se classificação inferior ao risco observado através da inadimplência da operação, uma vez que comprovado em extrato dos bancos depositários o recebimento de valor necessário à quitação de todo ou parte do débito, em conta discriminada a favor do Conglomerado.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota 10.e).

As operações de crédito e arrendamento mercantil, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito e arrendamento mercantil, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

O resultado das cessões de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, foi apurado na data da cessão, sendo reconhecido integralmente, mediante baixa dos ativos correspondentes, independente da retenção ou não do risco. Para a carteira de operações de crédito cedida com coobrigação, a Administração constitui provisão para perdas, registrada em Outras obrigações - Diversas.

A partir de 01 de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço da Companhia; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço da Companhia.

g. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

As operações de “Direito de usufruto de ações” foram registradas com base nos recursos pagos referente a constituição de usufruto oneroso e temporário de ações preferenciais de outras empresas, a favor do Banco Votorantim S.A., as quais conferem, dentre outros direitos e vantagens, o direito de receber dividendos, na forma prevista nos Estatutos Sociais de cada uma das empresas. Os recursos pagos são diferidos em contrapartida ao resultado conforme prazo de vigência de cada operação de usufruto, enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos são reconhecidos como receita quando da comprovação do direito.

h. Estimativas contábeis

A elaboração de Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação de ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise sobre passivos contingentes. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente ou quando houver indício de redução do valor recuperável.

Os principais valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas por meio das estimativas estão incluídos nas seguintes Notas Explicativas:

- nº 7 - Títulos e valores mobiliários;
- nº 8 - Instrumentos financeiros derivativos;
- nº 10 - Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- nº 38 - Ativos e passivos contingentes e obrigações legais.

i. Ativo permanente

- (i) Os investimentos em coligadas e controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do Patrimônio Líquido da coligada ou controlada. O investimento em participações no exterior são convertidos em moeda Real pelo critério de taxas correntes e seus efeitos são reconhecidos no resultado. Os demais investimentos permanentes são demonstrados pelo seu custo de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável;
- (ii) O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:
- Instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%;
 - Sistemas de comunicação, segurança e transporte - 10%; e
 - Sistemas de processamento de dados - 20%.
- (iii) O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da respectiva amortização, composto, basicamente, por gastos em imóveis de terceiros até 30 de setembro de 2008. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado. Durante o período, não houve aquisições em decorrência da regulamentação vigente.
- (iv) O ativo intangível inclui os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado. Os intangíveis são deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

j. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

Ao final de cada exercício, o Conglomerado avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Conglomerado estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, o Conglomerado testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Esse teste pode ser executado a qualquer momento do ano, desde que seja realizado sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Intangível

Softwares - Os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

k. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados (de curto e longo prazo) são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com o prazo de cada programa/ benefício atribuído a cada colaborador.

Para o “Programa de incentivo de curto e longo prazo” elegível aos diretores e empregados do Conglomerado, é oferecida a oportunidade de investir em “ações virtuais” da Companhia. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em “Outras obrigações diversas - Provisão para despesas de pessoal” em contrapartida à rubrica de “Despesas de pessoal - Proventos”. Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 37.

l. Depósitos e Captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos (em base “pro rata” dia).

m. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a) 15%
PIS / PASEP	(b) 0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(b) 4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

- (a) Alíquota aplicada às empresas financeiras. Para as empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.
- (b) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS / Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº3.355/2006 e CMN nº3.655/2008, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Na controlada BV Leasing é reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajustes de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) **Ativos contingentes** - São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- (ii) **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação; e
- (iii) **Obrigações legais** - São processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

o. Avais e Fianças não Honrados

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos balanços.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por Coobrigações a Receber, em contrapartida com Rendas de Garantias Prestadas.

Comissões recebidas antecipadamente contabiliza-se em Rendas Antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensal, segundo o regime de competência, admitindo-se a apropriação em períodos inferiores a um mês.

Observadas situações nas quais, como resultado de eventos passados, possa haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de obrigação presente ou obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição esta constitui Passivo Contingente, baseado em estimativas confiáveis da obrigação tendo sua mensuração a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

p. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base “pro rata” dia) e a provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base “pro rata” dia).

5 Composição de caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2014	31/12/2013
Disponibilidades	90.410	206.299
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	<u>5.707.461</u>	<u>4.842.866</u>
Oper. comprom. - Posição bancada	4.592.012	3.827.684
Aplic. em depósitos interfinanceiros	745.218	874.909
Aplicações em moedas estrangeiras	<u>370.231</u>	<u>140.273</u>
Total	<u><u>5.797.871</u></u>	<u><u>5.049.165</u></u>

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição em contas patrimoniais

	31/03/2014	31/12/2013
Operações compromissadas - Posição bancada	<u>4.971.784</u>	<u>4.164.860</u>
Letras Financeiras do Tesouro	4.159.177	676.724
Letras do Tesouro Nacional	633.055	3.167.590
Notas do Tesouro Nacional	179.552	250.390
Outras	-	70.156
Operações compromissadas - Posição financiada	<u>4.183.710</u>	<u>5.199.498</u>
Letras Financeiras do Tesouro	990.686	-
Letras do Tesouro Nacional	843.214	4.111.199
Notas do Tesouro Nacional	2.349.810	1.088.299
Operações compromissadas - Posição vendida	<u>642.751</u>	<u>307.278</u>
Letras do Tesouro Nacional	173.855	91.200
Notas do Tesouro Nacional	468.896	216.078
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>1.846.794</u>	<u>1.893.591</u>
Aplicações em moeda estrangeira	<u>370.231</u>	<u>140.273</u>
Total	<u><u>12.015.270</u></u>	<u><u>11.705.500</u></u>

b. Composição por faixa de vencimento

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31/03/2014	10.600.649	1.252.971	155.360	6.290	-	12.015.270
Operações comprom. - Pos. bancada	4.932.196	39.588	-	-	-	4.971.784
Operações comprom. - Pos. financiada	3.902.725	280.985	-	-	-	4.183.710
Operações comprom. - Livre movimentação	444.770	197.981	-	-	-	642.751
Aplicações em dep. interfinanceiras	950.727	734.417	155.360	6.290	-	1.846.794
Aplicações em moedas estrangeiras	370.231	-	-	-	-	370.231
Em 31/12/2013	10.646.809	976.186	57.597	24.908	-	11.705.500

c. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Rendas de aplicações no mercado aberto	207.116	280.639
Posição bancada	115.802	49.515
Posição financiada	83.415	224.119
Posição vendida	7.899	7.005
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	28.736	23.715
Total	235.852	304.354

7 Títulos e valores mobiliários

a. Composição por categoria, no País e no exterior

Títulos para negociação	31/03/2014			31/12/2013		
	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
No País	2.984.696	2.986.274	1.578	4.975.989	4.956.380	(19.609)
Letras Financeiras do Tesouro	392.354	392.421	67	356.331	356.386	55
Letras do Tesouro Nacional	742.853	743.847	994	2.395.613	2.396.084	471
Notas do Tesouro Nacional	801.836	809.557	7.721	1.132.297	1.118.050	(14.247)
Debêntures	30.767	30.685	(82)	32.055	32.046	(9)
Cédulas de Produto Rural	173.523	166.410	(7.113)	188.841	182.975	(5.866)
Cotas de FIDC	837.222	837.222	-	838.838	838.838	-
Cotas de Fundos de Invest.	6.089	6.089	-	7.393	7.393	-
Ações de Cias. Abertas	52	43	(9)	52	46	(6)
Certif. de Rec. Imobiliários	-	-	-	24.569	24.562	(7)
No exterior	175.343	174.628	(715)	189.617	188.565	(1.052)
Governos estrangeiros	22.630	22.630	-	46.849	46.850	1
Tesouro Nacional	31.535	30.802	(733)	35.601	34.263	(1.338)
Outros títulos	121.178	121.196	18	107.167	107.452	285
Total	3.160.039	3.160.902	863	5.165.606	5.144.945	(20.661)

	31/03/2014			31/12/2013		
	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Títulos disponíveis para venda						
No País	18.676.177	18.240.531	(435.646)	20.733.904	20.279.090	(454.814)
Letras do Tesouro Nacional	9.737.152	9.493.390	(243.762)	11.154.501	10.905.390	(249.111)
Notas do Tesouro Nacional	2.441.181	2.323.354	(117.827)	2.836.732	2.714.378	(122.354)
Certif. de Receb. Imobiliários	36.766	37.133	367	39.708	40.453	745
Debêntures	2.890.460	2.858.647	(31.813)	2.850.301	2.841.012	(9.289)
Títulos da Dívida Agrária	18.398	18.734	336	22.581	23.030	449
Notas Promissórias	312.483	312.483	-	306.410	306.410	-
Cédulas de Produto Rural	567.280	559.158	(8.122)	792.896	785.185	(7.711)
Cotas de Fundos de Invest. (a)	1.219.101	1.219.101	-	1.146.865	1.146.865	-
Cotas de FIDC	-	-	-	6.730	6.730	-
Ações de Cias. Abertas (b)	156.632	61.434	(95.198)	156.632	64.700	(91.932)
Ações de Cias. Fechadas	1.064.758	1.123.817	59.059	1.137.579	1.160.170	22.591
Outros títulos	231.966	233.280	1.314	282.969	284.767	1.798
No exterior	625.332	620.974	(4.358)	711.462	683.479	(27.983)
Outros títulos	625.332	620.974	(4.358)	711.462	683.479	(27.983)
Total	<u>19.301.509</u>	<u>18.861.505</u>	<u>(440.004)</u>	<u>21.445.366</u>	<u>20.962.569</u>	<u>(482.797)</u>

- (a) O valor de mercado de Cotas de Fundos de Investimentos está líquido de provisão para perdas no montante de R\$ 21.706 em contrapartida de “Resultado com títulos e valores mobiliários”.
- (b) O valor de mercado de Ações de Companhias abertas está líquido de provisão para perdas no montante de R\$ 60.117 em contrapartida de “Resultado com títulos e valores mobiliários”.

	31/03/2014			31/12/2013		
	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Títulos mantidos até o vencimento						
Letras do Tesouro Nacional	4.059.161	4.036.569	(22.592)	3.801.595	3.801.595	-
Notas do Tesouro Nacional	1.764.900	1.750.571	(14.329)	1.379.605	1.372.845	(6.760)
Total	<u>5.824.061</u>	<u>5.787.140</u>	<u>(36.921)</u>	<u>5.181.200</u>	<u>5.174.440</u>	<u>(6.760)</u>

O Conglomerado, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 5.824.061, representando 20,91% (16,56% em 31 de dezembro de 2013) do total de títulos e valores mobiliários.

b. Composição por faixa de vencimento

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Por carteira

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31/03/2014	2.653.942	6.243.977	11.514.966	2.912.972	4.483.690	27.809.547
Carteira própria	2.648.954	1.032.857	2.674.216	1.646.576	3.433.583	11.436.186
Vinculados a compromissos de recompra	228	4.953.081	6.770.228	1.263.605	430.460	13.417.602
Vinculados à prestação de garantias	4.760	258.039	2.070.522	2.791	619.647	2.955.759
Em 31/12/2013	4.332.859	5.271.925	13.531.971	3.495.838	4.649.361	31.281.954

Por categoria

	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 360 dias</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31/03/2014	2.653.942	6.243.977	11.514.966	2.912.972	4.483.690	27.809.547
Títulos para negociação	82.659	92.038	806.733	684.757	1.494.715	3.160.902
Títulos disponíveis para venda	2.571.283	5.626.391	5.446.641	2.228.215	2.988.975	18.861.505
Títulos mantidos até o vencimento	-	525.548	5.261.592	-	-	5.787.140
Em 31/12/2013	4.332.859	5.271.925	13.531.971	3.495.838	4.649.361	31.281.954

Por carteira

	<u>31/03/2014</u>			<u>31/12/2013</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Realizável Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Realizável Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Carteira própria	5.278.539	6.160.969	11.439.508	7.501.692	5.595.020	13.096.712
Vinculados a compromissos de recompra	5.620.453	7.821.200	13.441.653	5.630.861	9.438.985	15.069.846
Vinculados à prestação de garantias	987.349	1.977.958	2.965.307	1.314.416	1.807.740	3.122.156
Total	<u>11.886.341</u>	<u>15.960.127</u>	<u>27.846.468</u>	<u>14.446.969</u>	<u>16.841.745</u>	<u>31.288.714</u>

Por categoria

	<u>31/03/2014</u>		<u>31/12/2013</u>	
	<u>Total</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Títulos para negociação	3.160.902	11,35%	5.144.945	16,44%
Títulos disponíveis para venda	18.861.505	67,73%	20.962.569	67,00%
Títulos mantidos até o vencimento	5.824.061	20,91%	5.181.200	16,56%
Valor contábil	<u>27.846.468</u>	<u>100,00%</u>	<u>31.288.714</u>	<u>100,00%</u>
Marcação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento	(36.921)		(6.760)	
Valor de mercado	<u>27.809.547</u>		<u>31.281.954</u>	

c. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6c)	235.852	304.354
Títulos de renda fixa	561.526	571.843
Títulos no exterior	15.431	29.499
Títulos de renda variável	36.498	10.947
Aplicações em fundos de investimentos	42.997	95.199
Ajustes ao valor de mercado	(14.114)	(76.227)
Outros	(35.065)	(14.361)
Total	<u>843.125</u>	<u>921.254</u>

8 Instrumentos financeiros derivativos

Para mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, são utilizados fontes externas na determinação do valor. O valor de mercado dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA e no mercado secundário doméstico. O valor de mercado dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em fontes externas para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se, substancialmente, a operações de *swaps* e futuros, sendo registradas na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e na BM&FBOVESPA.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Conglomerado e de suas subsidiárias, são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

a. Composição em contas patrimoniais

Ativo	31/03/2014	31/12/2013
Diferencial a receber de <i>swap</i>	785.736	847.131
Contratos de termo de moeda	30.795	39.493
Compra de opções de compra - Ações	3.750	2.234
Compra de opções de venda - Ações	9.238	12.182
Compra de opções de compra - Ativo fin./ merc.	67.843	101.177
Compra de opções de venda - Ativo fin./ merc.	31.239	4.964
Derivativos de crédito	11.419	1.934
<i>Non Deliverable Forward</i> - NDF	164.842	218.075
Total	1.104.862	1.227.190

Passivo

Diferencial a pagar de <i>swap</i>	818.082	919.411
Contratos de termo de moeda	30.307	39.730
Venda de opções de compra - Ações	9.720	307
Venda de opções de venda - Ações	7.175	5.455
Venda de opções de compra - Ativo fin./ merc.	245.639	185.808
Venda de opções de venda - Ativo fin./ merc.	21.820	8.039
Box de opção - Estratégia de renda fixa	140.054	143.598
Derivativos de crédito	3.582	5.808
<i>Non Deliverable Forward</i> - NDF	114.046	54.081
Total	1.390.425	1.362.237

b. Composição dos contratos de swap por indexador

	31/03/2014			31/12/2013		
	Valor original	Valor de custo	Valor de mercado	Valor original	Valor de custo	Valor de mercado
Posição ativa	<u>11.843.002</u>	<u>670.458</u>	<u>785.736</u>	<u>11.114.556</u>	<u>648.519</u>	<u>847.131</u>
DI	6.010.837	93.938	211.382	5.491.013	85.414	176.218
Dólar	1.555.256	181.934	232.976	2.045.228	252.687	326.729
Libor	196.533	45.719	76.394	-	-	-
Euro	29.820	3.144	3.375	29.820	5.240	5.454
IGPM	522.500	102.765	108.906	513.150	105.382	121.858
IPCA	3.049.534	201.727	131.002	2.597.429	134.971	118.259
Pré-fixado	428.400	40.768	18.740	204.838	8.449	11.867
Commodities	5.193	339	221	954	-	31
Outros	44.929	124	2.740	232.124	56.376	86.715
Posição passiva	<u>11.040.706</u>	<u>764.279</u>	<u>818.082</u>	<u>12.365.475</u>	<u>763.083</u>	<u>919.411</u>
DI	3.196.238	263.759	263.630	4.934.011	61.453	120.227
Dólar	300.266	12.217	15.336	1.680.614	114.535	151.305
Euro	469	1	-	10.829	657	744
IGPM	778.942	148.780	168.356	332.000	93.350	112.116
IPCA	1.516.976	120.295	130.744	3.615.487	391.061	411.714
Pré-fixado	5.151.578	216.635	236.040	1.333.513	76.691	91.423
Libor	32.566	2.070	2.895	430.225	22.488	28.890
TR	-	-	-	7.865	2.166	2.429
Commodities	42.811	-	261	-	-	-
Outros	20.860	522	820	20.931	682	563
Diferencial líquido	<u>802.296</u>	<u>(93.821)</u>	<u>(32.346)</u>	<u>(1.250.919)</u>	<u>(114.564)</u>	<u>(72.280)</u>

c. Composição dos contratos de termo por indexador

	31/03/2014			31/12/2013		
	Valor original	Valor de custo	Valor de mercado	Valor original	Valor de custo	Valor de mercado
Posição ativa - Termo de moeda	30.321	30.321	30.795	13.232	38.931	39.493
Posição passiva - Termo de moeda	30.321	30.321	30.307	25.699	38.931	39.730

d. Composição dos contratos de opções por indexador

Posição comprada / titular	31/03/2014		31/12/2013	
	Valor contratado	Valor de mercado	Valor contratado	Valor de mercado
De compra				
Dólar	4.061.263	29.715	3.090.925	58.250
Índice	9.112.000	91	-	-
Ações	95.000	3.750	172.000	2.234
Flexíveis	423.917	34.562	523.432	42.927
Outros	116.000	3.475	-	-
De venda				
Dólar	1.105.250	22.188	1.172.150	901
Índice	2.482.500	350	3.928.000	-
Ações	333.640	9.238	439.200	12.182
Flexíveis	76.450	1.063	149.122	1.077
Outros	199.974	7.638	53.000	2.986
Total	18.005.994	112.070	9.527.829	120.557
Posição vendida / lançadora	Valor contratado	Valor de mercado	Valor contratado	Valor de mercado
De compra				
Dólar	4.924.150	50.275	2.870.750	66.283
Índice	2.482.500	215	-	-
Ações	312.200	9.720	33.400	307
Flexíveis	1.337.385	193.396	1.084.596	119.525
Outros	260.000	1.753	-	-
De venda				
Dólar	808.725	9.514	1.809.925	1.203
Índice	2.480.900	73	3.925.500	-
Ações	315.802	7.175	272.002	5.455
Flexíveis	256.713	12.194	291.111	6.836
Outros	49.600	39	-	-
Total	13.227.975	284.354	10.287.284	199.609

e. Composição dos contratos de futuros por indexador

	31/03/2014	31/03/2013
Compromisso de compra	19.404.694	18.007.846
DDI	9.990.364	11.079.221
Dólar	2.547.353	1.641.967
DI	6.486.156	5.155.013
Euro	33.355	26.181
Commodities	4.872	9.519
Índice	342.594	95.945
Compromisso de venda	67.955.875	53.937.189
DDI	9.639.784	9.526.685
Dólar	1.571.516	1.600.801
DI	41.133.707	38.878.463
Cupom Cambial	15.600.781	3.917.567
Commodities	10.087	13.673
Posição líquida	(48.551.181)	(35.929.343)

f. Composição dos contratos de NDF por indexador

	31/03/2014		31/12/2013	
	Valor contratado	Valor de mercado	Valor contratado	Valor de mercado
Ativo	3.283.285	164.842	3.471.251	218.075
Dólar	3.233.414	112.294	3.378.229	172.975
Euro	4.433	778	11.169	1.071
Outros	45.438	51.770	81.853	44.029
Passivo	1.784.091	114.046	1.982.128	54.081
Dólar	1.576.200	109.653	1.750.603	44.255
Euro	44.096	4.208	50.399	8.485
Outros	163.795	185	181.126	1.341
Posição líquida	1.499.194	50.796	1.489.123	163.994

g. Derivativos de crédito

O Conglomerado realiza operações com derivativos de crédito com a finalidade de gerir o risco de crédito da carteira. Composta por clientes cujo risco é classificado como grau de investimento e, como contraparte, figuram os principais líderes internacionais de mercado destas operações. Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano, principalmente da República Federativa do Brasil. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte.

	31/03/2014		31/12/2013	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Risco recebido - <i>Swaps</i> de crédito	350.772	695	413.867	(1.688)
Risco transferido - <i>Swaps</i> de crédito	769.420	(7.142)	503.659	2.186

Em 31 de março de 2014, o efeito no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido do risco recebido foi de R\$ 13.216 (R\$ 19.624 em 31 de dezembro de 2013).

h. Derivativos de crédito por indexador

	31/03/2014			31/12/2013		
	Valor original	Valor de custo	Valor de mercado	Valor original	Valor de custo	Valor de mercado
Posição ativa - Pré-fixado	656.277	15.566	11.419	413.867	2.059	1.934
Posição passiva - Pré-fixado	463.915	997	3.582	503.659	676	5.808

i. Composição dos contratos de Box de opção - Estratégia de renda fixa

	31/03/2014		31/12/2013	
	Valor contratado	Valor de mercado/ exposição a risco	Valor contratado	Valor de mercado/ exposição a risco
Risco pré-fixado	253.092	140.054	264.211	143.598
Posição passiva				
Venda de <i>Call</i> com limite de alta	55.220	49.960	57.646	57.263
Venda de <i>Put</i> com limite de baixa	197.872	90.094	206.565	86.335
Risco dólar		-		-
Posição ativa				
Venda de <i>Put</i> com limite de baixa		104.150		112.846
Posição passiva				
Venda de <i>Call</i> com limite de alta		104.150		112.846

j. Títulos dados em garantia

	31/03/2014	31/12/2013
Operações em Bolsa	2.332.309	2.146.605
Notas do Tesouro Nacional	1.904.570	1.919.180
Letras Financeiras do Tesouro	54.387	10.572
Letras do Tesouro Nacional	373.352	216.853
Operações Câmara Compensação	230.474	105.489
Notas do Tesouro Nacional	29.929	30.049
Letras do Tesouro Nacional	200.545	75.440
Outros	402.524	870.062
Letras Financeiras do Tesouro	13.361	11.088
Letras do Tesouro Nacional	-	452.248
Outros	389.163	406.726
Total	2.965.307	3.122.156

- (a) Em 31 de março de 2014, referem-se a outros títulos no exterior no montante de R\$ 389.162 (R\$ 383.302 e títulos de governos estrangeiros no montante de R\$ 23.424 em 31 de dezembro de 2013).

k. Instrumentos financeiros derivativos segregados por local de negociação e contraparte

	31/03/2014	31/12/2013
Posição ativa		
Operações em bolsa	112.070	120.557
Balcão	<u>992.792</u>	<u>1.106.633</u>
Instituições financeiras	400.757	384.881
Clientes	592.035	721.752
Total	<u><u>1.104.862</u></u>	<u><u>1.227.190</u></u>
Posição passiva	31/03/2014	31/12/2013
Operações em bolsa	284.354	199.609
Balcão	<u>1.106.071</u>	<u>1.162.628</u>
Instituições financeiras	950.760	1.049.595
Clientes	155.311	113.033
Total	<u><u>1.390.425</u></u>	<u><u>1.362.237</u></u>

l. Composição de instrumentos financeiros derivativos utilizados em estratégias de *hedge*

	31/03/2014	31/12/2013
Instrumentos de <i>hedge</i>		
<i>Hedge</i> de risco de mercado		
Ativo	<u>6.969.424</u>	<u>7.463.615</u>
Futuros	6.687.426	7.190.322
<i>Swap</i>	281.998	273.293
Passivo	<u>34.259.670</u>	<u>35.330.747</u>
Futuros	34.259.670	35.330.747
Itens objeto de <i>hedge</i>	31/03/2014	31/12/2013
<i>Hedge</i> de risco de mercado		
Ativo	<u>32.976.841</u>	<u>33.852.984</u>
Aplicações no mercado aberto	1.827.945	1.003.200
Títulos e valores mobiliários	265.322	278.798
Operações de crédito	30.134.281	31.644.786
Operações de arrendamento mercantil	749.293	926.200
Passivo	<u>6.275.020</u>	<u>6.754.786</u>
Obrigações por TVM no exterior	2.977.546	3.554.651
Obrigações por empréstimos no exterior	230.330	-
Dívida subordinada	3.067.144	3.200.135

m. Hedge contábil

Hedge de risco de mercado

	Objeto de hedge		Instrumentos de hedge			
	31/03/2014	31/12/2013		31/03/2014	31/12/2013	
Estratégias / Risco	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado	Valor de mercado	Derivativo	Valor de mercado	Valor de mercado
<i>Hedge</i> de Op. compromissadas/taxas pré-fixadas	1.827.945	(296)	1.003.200	Futuro DI	2.012.054	1.381.722
<i>Hedge</i> de Tit. e valores mobiliários / variação cambial	265.322	29.907	278.798	Futuro DDI	288.986	300.888
<i>Hedge</i> de Operações de crédito e arrendamento mercantil / taxa pré-fixada / variação cambial	30.883.574	(184.390)	32.570.986	Futuro DI	29.056.858	30.260.595
				Futuro DDI	2.466.061	2.516.517
				Futuro Libor	435.711	460.223
<i>Hedge</i> de Obrigações por TVM no exterior / variação cambial	2.977.546	(130.158)	3.554.651	Futuro DDI	3.083.723	3.662.525
<i>Hedge</i> de Obrigações por empréstimos no exterior / variação cambial	230.330	(3.813)	-	Futuro DDI	227.974	-
<i>Hedge</i> de Dívida subordinada / variação cambial/IGP-M	3.067.144	(156.098)	3.200.135	Futuro DDI	3.375.729	3.527.797
				<i>Swap</i>	281.998	273.292

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontrava-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação vigente.

Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos e dos objetos de hedge

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Perdas dos itens objeto de <i>hedge</i>	(345.468)	(732.889)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	331.096	682.386
Efeito líquido	(14.372)	(50.503)
Ganhos dos itens objeto de <i>hedge</i>	1.007.719	519.788
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(1.008.822)	(516.344)
Efeito líquido	(1.103)	3.444

n. Composição por faixa de vencimento

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31/03/2014						
Ativo	139.025	259.997	272.768	229.871	203.201	1.104.862
Diferencial de <i>swap</i>	7.901	162.281	227.708	186.173	201.673	785.736
Contratos de termo de moeda	27.663	3.132	-	-	-	30.795
Compra de opções - Ações	7.320	5.668	-	-	-	12.988
Compra de opções - Ativo fin. / merc.	10.267	41.854	12.949	34.012	-	99.082
Derivativos de crédito	497	351	792	8.251	1.528	11.419
<i>Non Deliverable Forward</i>	85.377	46.711	31.319	1.435	-	164.842
Passivo	318.408	207.622	522.939	178.554	162.902	1.390.425
Diferencial de <i>swap</i>	37.699	97.852	408.343	111.286	162.902	818.082
Contratos de termo de moeda	27.158	3.149	-	-	-	30.307
Compra de opções - Ações	5.649	11.246	-	-	-	16.895
Compra de opções - Ativo fin. / merc.	24.362	66.272	112.036	64.789	-	267.459
Box de opção - Estratégia de renda fixa	135.067	4.987	-	-	-	140.054
Derivativos de crédito	491	-	1.145	1.946	-	3.582
<i>Non Deliverable Forward</i>	87.982	24.116	1.415	533	-	114.046
Em 31/12/2013						
Ativo	153.142	214.500	403.483	245.477	210.588	1.227.190
Passivo	182.796	403.266	425.955	191.202	159.018	1.362.237

o. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Contratos de <i>swap</i>	10.857	(52.751)
Contratos a termo	45	270
Contratos de futuros	125.205	342.222
Contratos de opções de ações	(2.277)	10.098
Contrato de opções - Ativo fin./merc.	20.925	(35.627)
Derivativos de crédito	(3.068)	2.930
Box de opções - Estratégia de renda fixa	(3.318)	(15.964)
<i>Non Deliverable Forward</i>	(116.564)	(83.490)
Ajustes ao valor de mercado	(42.120)	(754.597)
Outros	(2.941)	(8.642)
Total	<u>(13.256)</u>	<u>(595.551)</u>

9 Relações interfinanceiras

	31/03/2014	31/12/2013
Ativo		
Reservas compulsórias BACEN	60.552	127.775
Compulsório sobre depósito à vista	55.207	84.473
Compulsório sobre recursos a prazo	-	37.547
Compulsório sobre operações de microfinanças	5.345	5.755
Pagamentos e recebimentos a liquidar	247	-
Repasse interfinanceiros	106.750	109.419
Relações com correspondentes	1.657	760
Total	169.206	237.954
Ativo circulante	169.206	237.954
Ativo realizável a longo prazo	-	-
	31/03/2014	31/12/2013
Passivo		
Pagamentos e recebimentos a liquidar	2.342	-
Total	2.342	-
Passivo circulante	2.342	-
Passivo exigível a longo prazo	-	-

10 Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição das operações por modalidade e parcelas vencidas e vincendas

	31/03/2014	31/12/2013
Adiantamentos a depositantes	80	80
Empréstimos	10.881.590	11.743.856
Títulos descontados	142.751	51.990
Financiamentos	23.413.925	24.332.494
Financiamentos a exportação	3.758.800	3.880.248
Financiamentos em moeda estrangeira	425.451	439.823
Financiamentos rurais	580.805	597.603
Financiamentos imobiliários	499.562	510.921
Operações de crédito vinculadas a cessões	11.772.797	10.835.636
Subtotal	51.475.761	52.392.651
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	883.646	889.570
Diferença de taxa de operações de câmbio	357	1.733
Operações de arrendamento mercantil	806.639	992.689
Créditos por avais e fianças honrados	644.061	612.388
Total de operações de crédito	53.810.464	54.889.031
Parcelas vencidas (a partir de 15 dias)	2.016.779	1.926.774
Parcelas vincendas	51.793.685	52.962.257
Total de parcelas	53.810.464	54.889.031

(a) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

b. Ajuste a valor de mercado da carteira

	31/03/2014			31/12/2013		
	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Operações de crédito	53.003.825	52.820.814	(183.011)	53.896.342	53.738.583	(157.759)
Operações de arrendamento mercantil	806.639	805.260	(1.379)	992.689	996.061	3.372
Total	53.810.464	53.626.074	(184.390)	54.889.031	54.734.644	(154.387)

c. Concentração das operações

	31/03/2014	31/12/2013
Dez maiores devedores	3.269.755	3.700.991
Cinquenta seguintes maiores devedores	4.147.826	4.431.050
Cem seguintes maiores devedores	2.433.824	2.939.859
Demais clientes	43.959.059	43.817.131
Total	53.810.464	54.889.031

d. Composição das operações por setor de atividade econômica

	31/03/2014	31/12/2013
Pessoas jurídicas	18.140.925	19.164.842
Setor público estadual		
Administração direta	447.775	469.757
Setor privado		
Indústria	8.711.408	9.032.913
Comércio	2.475.680	2.788.795
Intermediários financeiros	56.593	59.008
Rural	580.806	597.607
Serviços	5.868.663	6.216.762
Pessoas físicas	35.669.539	35.724.189
Total	53.810.464	54.889.031

e. Composição das operações e da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco e tipo de carteira

Níveis de risco	% Provisão mínima requerida	31/03/2014				31/12/2013	
		Curso normal	Operações vencidas	Total das operações	Provisão Existente	Total das operações	Provisão Existente
AA	-	3.920.061	-	3.920.061	-	4.637.672	-
A	0,5	27.649.934	-	27.649.934	138.250	27.138.786	135.694
B	1	7.777.603	1.038.212	8.815.815	88.158	9.197.970	91.980
C	3	5.557.395	1.439.180	6.996.575	209.897	7.550.986	226.530
D	10	772.000	720.790	1.492.790	149.279	1.416.395	156.472
E	30	239.098	479.656	718.754	215.626	681.720	204.516
F	50	284.490	531.819	816.309	410.270	680.518	341.696
G	70	419.913	894.442	1.314.355	980.149	1.310.520	917.364
H	100	222.747	1.863.124	2.085.871	2.085.871	2.274.464	2.274.464
Total		<u>46.843.241</u>	<u>6.967.223</u>	<u>53.810.464</u>	<u>4.277.500</u>	<u>54.889.031</u>	<u>4.348.716</u>
Percentual sobre carteira					<u>7,95%</u>		<u>7,92%</u>

	31/03/2014	31/12/2013
Provisão para empréstimos e títulos descontados	1.346.425	1.446.418
Provisão para financiamentos	2.030.911	2.053.936
Provisão para financiamentos rurais e agroindustriais	6.532	5.980
Provisão para financiamento imobiliário	19.349	24.906
Provisão para operações de crédito cedidas	175.613	191.251
Provisão para arrendamentos financeiros	68.185	81.841
Provisão para outros créditos	(a) <u>630.485</u>	<u>544.384</u>
	<u>4.277.500</u>	<u>4.348.716</u>

(a) Refere-se basicamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa de avais e fianças.

f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Saldo inicial	4.348.716	4.153.969
Constituições / (Reversões)	802.635	1.004.400
Baixas para prejuízo	<u>(873.851)</u>	<u>(1.149.086)</u>
Saldo final	<u>4.277.500</u>	<u>4.009.283</u>

g. Informações sobre cessões de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011

No trimestre findo em 31 de março de 2014, o Conglomerado apurou despesas de liquidação antecipada reconhecidas integralmente em contas de resultado de R\$ 17.874 (R\$ 80.080 no trimestre findo em 31 de março 2013), e receita com a reversão de provisão para perdas de R\$ 15.565 (R\$ 3.578 no trimestre findo em 31 de março 2013), referente à cessões realizadas até 31 de dezembro de 2011.

Foi constituída provisão para perdas com créditos cedidos no montante de R\$ 171.978 (R\$ 181.215 em 31 de dezembro de 2013), registrados na rubrica “Outras obrigações - Diversas”.

Saldo das coobrigações com cessões de crédito	31/03/2014	31/12/2013
Instituições financeiras - Partes relacionadas	3.790.992	4.709.154
Outras instituições financeiras	<u>69.739</u>	<u>105.211</u>
Total	<u>3.860.731</u>	<u>4.814.365</u>

h. Informações sobre cessões de crédito realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios, para partes relacionadas e fundos de investimento em direitos creditórios, dos quais o Banco Votorantim e a BV Financeira (através de aplicações em cotas de fundos de investimento multimercado) detém 100% das cotas subordinadas, demonstrados abaixo:

	<u>31/03/2014</u>	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida
BV Financeira FIDC I	81.621	89.081
BV Financeira FIDC II	20.399	20.685
BV Financeira FIDC VI	672.014	729.676
Instituições financeiras - Partes relacionadas	<u>10.998.763</u>	<u>13.017.055</u>
Total	<u>11.772.797</u>	<u>13.856.497</u>

Na controlada BV Financeira, no trimestre findo em 31 de março de 2014, as receitas do ativo objeto de venda ou transferência totalizaram R\$ 629.222 (R\$ 304.966 no trimestre findo em 31 de março de 2013) e as despesas com obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 573.589 (R\$ 203.426 no trimestre findo em 31 de março de 2013).

O Banco não adotou a opção prevista na Resolução nº 4.036/2011 sobre o tratamento das perdas de liquidações antecipadas, reconhecendo as perdas integralmente no momento em que elas ocorrem.

i. Composição por faixa de vencimento

	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 360 dias</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31/03/2014	8.383.475	15.958.889	19.632.503	3.779.912	1.778.186	49.532.965
Operações de crédito	10.404.048	17.217.982	20.471.825	3.920.216	1.796.394	53.810.465
Provisão créditos de liq. duvidosa	(2.020.573)	(1.259.093)	(839.322)	(140.304)	(18.208)	(4.277.500)
Em 31/12/2013	8.035.970	16.037.616	21.218.781	3.392.116	1.855.832	50.540.315

j. Receitas de operações de crédito

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Adiantamentos a depositantes	-	38
Empréstimos	739.531	768.518
Títulos descontados	2.384	2.735
Financiamentos	1.128.047	1.285.769
Financiamentos a exportação	37.118	63.684
Financiamentos em moeda estrangeira	1.631	2.886
Financiamentos rurais	9.009	12.669
Rendas de financ. e empreend. imobiliários	14.724	15.749
Resultado de cessões de crédito - Cessão período	(7.987)	-
Resultado de cessões de crédito - Liquidação antecipada	(17.874)	(80.080)
Recuperação de créditos baixados	114.449	85.042
Outras	(a) (163.799)	(139.999)
Total	<u>1.857.233</u>	<u>2.017.011</u>

(a) Referem-se, basicamente, às receitas e custos associados à produção de operações de crédito.

k. Resultado de operações de arrendamento mercantil

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Receitas de arrendamento mercantil	455.714	479.388
Arrendamento financeiro	162.307	190.386
Resultado na alienação de bens arrendados	252.833	236.816
Recuperação de créditos baixados	4.567	2.898
Outras	36.007	49.288
Despesas de arrendamento mercantil	(414.581)	(413.645)
Arrendamento financeiro	(414.581)	(413.645)
Total	<u>41.133</u>	<u>65.743</u>

I. Informações complementares

	31/03/2014	31/12/2013
Garantias prestadas	9.913.437	11.084.358
	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Montante de créditos aditados / renegociado no período	1.036.503	1.875.195
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo no período	119.016	87.940

A BV Financeira detêm 100% das cotas subordinadas dos fundos de investimento em direitos creditórios descritos a seguir:

	31/03/2014	31/12/2013
BV Financeira FIDC I	146.609	143.571
BV Financeira FIDC II	(a) 74.337	69.013
BV Financeira FIDC III	(b) -	6.733
BV Financeira FIDC IV	(b) -	237
BV Financeira FIDC VI	(a) <u>616.275</u>	<u>619.283</u>
Total das aplicações em cotas	<u>837.221</u>	<u>838.837</u>

(a) No trimestre findo em 31 de março de 2014, houve resgate parcial das cotas subordinadas.

(b) No trimestre findo em 31 de março de 2014, houve resgate das cotas subordinadas.

11 Carteira de câmbio

a. Composição em contas patrimoniais

Outros créditos	31/03/2014	31/12/2013
Câmbio comprado a liquidar	2.678.767	1.082.329
Direitos sobre vendas de câmbio	2.247.654	191.888
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(40.640)	(12.469)
Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos	(1.229)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	25.594	22.962
	<u>4.910.146</u>	<u>1.284.710</u>
Total		
Ativo circulante	4.908.541	1.282.811
Ativo realizável a longo prazo	1.605	1.899
Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	2.228.166	190.923
Obrigações por compras de câmbio	2.661.960	1.016.221
Adiantamentos sobre contrato de câmbio	(858.052)	(866.607)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	115	1
	<u>4.032.189</u>	<u>340.538</u>
Total		
Passivo circulante	4.032.189	340.538
Passivo exigível a longo prazo	-	-
Posição líquida de câmbio	877.957	944.172

b. Resultado de operações de câmbio

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Resultado de exportação	11.482	11.198
Resultado de importação	117	1.646
Resultado financeiro	(68)	(115)
Variações e diferenças de taxas	(22.005)	(9.248)
Disponib. em moedas estrangeiras	(14.273)	(1.192)
	<u>(24.747)</u>	<u>2.289</u>
Total		

12 Negociação e intermediação de valores

Outros créditos	31/03/2013	31/12/2013
Caixa de registro e liquidação	32.494	4
Devedores conta liquidação pendentes	13.599	23.457
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	50.741	86.012
Outros créditos	<u>23.007</u>	<u>47.728</u>
Total	<u>119.841</u>	<u>157.201</u>
Ativo circulante	117.677	151.794
Ativo realizável a longo prazo	2.164	5.407
Outras obrigações	31/03/2014	31/12/2013
Caixa de registro e liquidação	589	15.078
Comissões e corretagens a pagar	316	328
Credores conta liquidação pendentes	67.897	48.464
Credores por empréstimos de ações	20	22
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	33.507	71.966
Outras obrig. p/neg. interm. valores	<u>82.145</u>	<u>35.117</u>
Total	<u>184.474</u>	<u>170.975</u>
Passivo circulante	97.952	134.662
Passivo exigível a longo prazo	86.522	36.313

13 Outros créditos - Diversos

	31/03/2014	31/12/2013
Adiantamentos e antecipações salariais	3.984	3.042
Adiantamentos a fornecedores	171	198
Crédito tributário de impostos e contribuições (Nota 35c)	6.558.604	6.544.564
Devedores por depósitos em garantia	817.821	794.813
Impostos e contribuições a compensar	288.613	344.027
Impostos e contribuições a recuperar	151	9
Transações de cartão de crédito	554.550	545.506
Ajuste ao mercado operações de crédito	1.945	3.259
Liquidações de títulos no exterior	99.699	8.816
Outros	<u>191.671</u>	<u>227.582</u>
Total	<u>8.517.209</u>	<u>8.471.816</u>
Ativo circulante	2.744.698	2.251.497
Ativo realizável a longo prazo	5.772.511	6.220.319

14 Outros valores e bens

	31/03/2014	31/12/2013
Outros valores e bens	<u>124.415</u>	<u>129.776</u>
Bens não de uso próprio - Imóveis	19.923	15.990
Bens não de uso próprio - Veículos e afins	103.088	112.723
Outros	1.404	1.063
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	<u>(25.786)</u>	<u>(21.799)</u>
Despesas antecipadas	<u>796.773</u>	<u>828.222</u>
Despesas de seguros	1.001	1.419
Despesas de processamento de dados	13.772	10.312
(a)	642.207	664.516
)		
Comissões por intermediação de operações	13.425	13.595
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.013	1.530
Despesas de serviços técnicos especializados	119.274	132.461
Direito de usufruto de ações	4.081	4.389
Outras	<u>4.081</u>	<u>4.389</u>
Total	<u><u>895.402</u></u>	<u><u>936.199</u></u>
Ativo circulante	492.291	514.921
Ativo realizável a longo prazo	403.111	421.278

(a) Referem-se ao diferimento dos custos associados às operações de crédito concedidos na BV Financeira incorridos na sua originação.

15 Investimentos

a. Participação em controladas diretas no País e no exterior

	Saldo em 31/12/2013	Dividendos /Outros eventos	Aumento de Capital/ Aquisição de invest.	Resultado de equivalência	Saldo em 31/03/2014
BVIP - BV Inv. e Partic. S.A.	11	-	-	(5)	6
BVIA - BV Inv. Alt. Gestão S.A.	93	-	24.500	1.314	25.907
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	168.582	(102.819)	-	39.733	105.496
BV Sistemas de Tecnologia da Inf. S.A. (a)	32.170	(32.366)	-	196	-
Total	<u><u>200.856</u></u>	<u><u>(135.185)</u></u>	<u><u>24.500</u></u>	<u><u>41.238</u></u>	<u><u>131.409</u></u>

(a) No primeiro trimestre de 2014, o Banco Votorantim incorporou a controlada BV Sistemas de Tecnologia da Informação S.A.

31/03/2014

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Nº de ações ordinárias/quotas de propriedade do Banco em unidades
No País				
BVIP - BV Inv. e Partic. S.A.	301	6	(5)	301.000
BVIA - BV Inv. Alt. Gestão S.A.	24.801	25.907	1.314	24.801.000
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	54.802	105.496	39.733	200.000

b. Outros investimentos

	31/03/2014	31/12/2013
Investimentos por incentivos fiscais	96.661	120.139
Títulos patrimoniais	176	176
Ações e cotas	6	6
Outros	130	130
Subtotal	<u>96.973</u>	<u>120.451</u>
Provisão para perdas de investimentos por incentivos fiscais	<u>(40.977)</u>	<u>(40.977)</u>
Total	<u><u>55.996</u></u>	<u><u>79.474</u></u>

16 Imobilizado de uso

	31/03/2014			31/12/2013	
	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Instalações	55.476	(14.647)	40.829	41.439	
Móveis e equipamentos de uso	61.891	(30.473)	31.418	31.845	
Sistemas de comunicação	12.653	(9.156)	3.497	3.649	
Sistemas de processamento de dados	88.010	(72.870)	15.140	16.315	
Sistemas de segurança	2.393	(1.181)	1.212	1.238	
Sistemas de transporte	1.299	(875)	424	88	
Total	<u><u>221.722</u></u>	<u><u>(129.202)</u></u>	<u><u>92.520</u></u>	<u><u>94.574</u></u>	

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Saldo inicial	94.574	90.469
Aquisições	4.326	12.119
Incorporação (a)	403	-
Alienações	(1.992)	(6.516)
Depreciação	(4.791)	(5.140)
Saldo final	92.520	90.932

(a) Referem-se à incorporação da BV Sistemas de Tecnologia da Informação S.A. pelo Banco Votorantim em janeiro de 2014.

17 Intangível

	31/03/2014				31/12/2013
	Valor de custo	Provisão para perdas	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
SISBEX BM&FBOVESPA	200	(200)	-	-	-
Software	6.107	-	(1.363)	4.744	4.908
Licenças	28.798	-	(16.239)	12.559	12.380
Acordos por direitos de comercialização	5.000	-	(2.853)	2.147	2.335
Projetos corporativos	36.463	(10.270)	(3.959)	22.234	22.175
Fundo de comércio	81	-	-	81	81
Total	76.649	(10.470)	(24.414)	41.765	41.879
			01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013	
Saldo inicial			41.879	51.143	
Aquisições			2.476	9.260	
Baixas			(639)	(6.374)	
Amortização			(1.951)	(1.598)	
Saldo final			41.765	52.431	

Estimativa de amortização dos intangíveis

	31/03/2014
Em 2014	5.734
Em 2015	7.460
Em 2016	5.429
Em 2017	1.495
Acima de 5 anos	1.371
Total	21.489

18 Diferido

	31/03/2014		31/12/2013	
	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Gastos em imóveis de terceiros	40.156	(16.155)	24.001	24.686
Gastos aquis. desenv. de logiciais	1.609	(1.609)	-	57
Total	41.765	(17.764)	24.001	24.743

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Saldo inicial	24.743	27.177
Baixas	(1)	(1)
Variação cambial	2	-
Amortização	(743)	(701)
Saldo final	24.001	26.475

Em 31 de março de 2014, não foi verificada a existência de ativos relevantes que indique perda de desvalorização.

19 Depósitos e captação no mercado aberto

a. Composição dos depósitos

	31/03/2014	31/12/2013
Depósitos à vista	176.438	268.648
Pessoas físicas	20.454	23.741
Pessoas jurídicas	155.940	244.853
Instituições financeiras	4	12
Outros	40	42
Depósitos interfinanceiros	2.472.238	2.387.635
Depósitos a prazo	4.268.232	5.815.797
Pessoas físicas	278.612	267.956
Pessoas jurídicas	3.989.620	5.547.841
Total	6.916.908	8.472.080

b. Composição dos depósitos por prazo de exigibilidade

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31/03/2014	1.431.016	3.827.259	796.198	26.106	836.329	6.916.908
Depósitos à vista	176.438	-	-	-	-	176.438
Depósitos interfinanceiros	837.909	717.002	62.070	25.270	829.987	2.472.238
Depósitos a prazo	416.669	3.110.257	734.128	836	6.342	4.268.232
Em 31/12/2013	2.236.950	4.686.433	695.033	38.482	815.182	8.472.080

c. Composição das captações no mercado aberto

	31/03/2014	31/12/2013
Carteira própria	24.522.890	31.063.155
Letras Financeiras do Tesouro	1.991	37.339
Letras do Tesouro Nacional	5.251.081	12.528.277
Notas do Tesouro Nacional	2.420.286	2.345.514
Debêntures de emissão própria	16.696.313	16.138.240
Outros	153.219	13.785
Carteira de terceiros	4.174.233	1.088.437
Letras Financeiras do Tesouro	990.686	-
Letras do Tesouro Nacional	839.237	-
Notas do Tesouro Nacional	2.344.310	1.088.437
Carteira livre movimentação	652.974	301.731
Letras do Tesouro Nacional	174.481	90.630
Notas do Tesouro Nacional	478.493	211.101
Total	29.350.097	32.453.323

d. Composição das captações no mercado aberto por prazo de exigibilidade

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31/03/2014	15.703.290	10.818.495	2.636.699	191.512	101	29.350.097
Carteira própria	11.553.064	10.141.514	2.636.699	191.512	101	24.522.890
Carteira de terceiros	4.150.226	24.007	-	-	-	4.174.233
Carteira livre movimentação	-	652.974	-	-	-	652.974
Em 31/12/2013	19.306.555	10.969.132	2.054.126	122.388	1.122	32.453.323

e. Despesas de operações de captação com depósitos e no mercado aberto

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Depósitos	(202.510)	(232.044)
Depósitos a prazo	(139.475)	(185.025)
Depósitos interfinanceiros	(63.035)	(47.019)
Captação no mercado aberto	(702.713)	(718.249)
Carteira própria	(647.066)	(542.395)
Carteira de terceiros	(40.174)	(169.567)
Carteira livre movimentação	(15.473)	(6.287)
Total	(905.223)	(950.293)

20 Recursos de aceites e emissão de títulos

a. Composição em contas patrimoniais

	Taxa de atualização	Primeira data da captação	Última data de vencimento	31/03/2014	31/12/2013
Debêntures					
Pós-fixado	R\$ 100,00% a 111,00% do DI	06/2006	07/2027	1.545.956	1.504.418
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário					
Pós-fixado	R\$ 93,50% a 98,00% do DI	02/2012	07/2015	169.569	187.835
Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio					
Pós-fixado	R\$ 89,00% a 98,50% do DI	10/2007	03/2020	2.562.860	2.530.499
Pré-fixado	R\$ 9,22% a 11,81% a.a.	06/2013	12/2014	4.705	1.626
Letras Financeiras					
Pré-fixado	R\$ 8,27% a 14,06% a.a.	09/2010	11/2022	726.920	686.184
Pós-fixado	R\$ 100,00% a 112,02% do DI	04/2011	04/2019	11.920.333	11.687.721
Pós-fixado	R\$ 108,30% a 109,30% da Selic	01/2012	04/2015	93.589	150.675
Pós-fixado	R\$ 3,11% a 7,60% a.a. + IPCA	01/2011	12/2020	409.696	414.161
Pós-fixado	R\$ 3,67% a 5,57% a.a. + IGPM	06/2013	11/2015	2.341	2.266
Obrigações por TVM no Exterior					
Pré-fixado	R\$ 5,45% a 19,77% a.a.	01/2007	07/2020	1.375.371	1.359.348
Pós-fixado	R\$ 80,29% a 101,40% do DI	07/2011	02/2017	4.643	8.896
Com variação cambial	USD 0,38% a 8,90% a.a. + variação cambial	09/2006	03/2019	4.640.589	5.501.752
Com variação cambial	EUR <i>No Coupon</i> + variação cambial	12/2013	12/2014	-	2.308
Total				<u>23.456.572</u>	<u>24.037.689</u>

b. Composição por prazo de exigibilidade

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31/03/2014	<u>4.210.592</u>	<u>6.449.161</u>	<u>11.733.572</u>	<u>991.021</u>	<u>72.226</u>	<u>23.456.572</u>
Debêntures	1.545.878	-	78	-	-	1.545.956
Letras de Crédito Imobiliário	22.398	146.762	409	-	-	169.569
Letras de Crédito do Agronegócio	467.890	1.818.000	246.918	20.763	13.994	2.567.565
Letras Financeiras	1.509.792	4.257.265	6.710.373	623.699	51.750	13.152.879
Obrigações por TVM no exterior	664.634	227.134	4.775.794	346.559	6.482	6.020.603
Em 31/12/2013	<u>4.364.173</u>	<u>6.947.413</u>	<u>11.609.017</u>	<u>1.045.692</u>	<u>71.394</u>	<u>24.037.689</u>

c. Despesas de operações de captação no mercado

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Despesas de captação com depósitos e mercado aberto (Nota 19e)	(905.223)	(950.293)
Operações de TVM no exterior	(11.288)	28.095
Letras de Crédito do Agronegócio	(57.695)	(33.189)
Letras de Crédito Imobiliário	(4.049)	(2.826)
Letras Financeiras	(408.031)	(249.471)
Debêntures	(41.583)	(28.308)
Outras	(2.755)	(4.133)
Total	<u>(1.430.624)</u>	<u>(1.240.125)</u>

21 Relações interdependências

	31/03/2014	31/12/2013
Recursos em trânsito - Sociedades ligadas	6.565	104
Recebimentos em trânsito - Terceiros	92	132
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	30.053	26.145
Transferência interna de recursos	1.894	10.368
Total	<u>38.604</u>	<u>36.749</u>
Passivo circulante	38.604	36.524
Passivo exigível a longo prazo	-	225

22 Obrigações por empréstimos e repasses

a. Composição das obrigações por empréstimos

	31/03/2014	31/12/2013
Empréstimos no País		
Com variação cambial (a)	7.821	7.627
Empréstimos no exterior		
Com variação cambial (b)	<u>1.756.595</u>	<u>2.054.775</u>
Total	<u>1.764.416</u>	<u>2.062.402</u>

(a) Taxa de atualização em 2014: CDI + 0,40% a.a. + variação cambial.

(b) Taxa de atualização em 2014: de 0,76% a.a. a 1,65% a.a. + variação cambial / de 0,15% a.a. a 0,72% a.a. + Libor.

b. Composição dos empréstimos por prazo de exigibilidade

	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 360 dias</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31/03/2014	310.201	1.297.011	157.204	-	-	1.764.416
Empréstimos no País	2.150	1.890	3.781	-	-	7.821
Empréstimos no exterior	308.051	1.295.121	153.423	-	-	1.756.595
Em 31/12/2013	928.082	1.120.270	14.050	-	-	2.062.402

c. Composição das obrigações por repasses

	31/03/2014	31/12/2013
Repasses no País - Tesouro Nacional		
Pré-fixado	(a) 92.580	115.965
Pós-fixado	(b) 16.425	10.771
Repasses no País - BNDES		
Pré-fixado	(c) 807.908	846.505
Pós-fixado	(d) 1.489.437	1.633.818
Com variação cambial	(e) 79.138	84.760
Repasses no País - FINAME		
Pré-fixado	(f) 1.672.982	1.666.297
Pós-fixado	(g) 202.956	230.883
Com variação cambial	(h) 8	615
Total	<u>4.361.434</u>	<u>4.589.614</u>

- (a) Taxa de atualização em 2014: 5,50% a.a.
- (b) Taxa de atualização em 2014: Selic.
- (c) Taxa de atualização em 2014: de 0,80% a.a. a 7,00% a.a.
- (d) Taxa de atualização em 2014: de 7,02% a.a. a 9,91% a.a. + IPCA / de 0,50% a.a. a 4,50% a.a. + TJLP / de 1,3% a 2,5% a.a. + Selic.
- (e) Taxa de atualização em 2014: de 1,30% a.a. a 3,00% a.a. + variação cambial.
- (f) Taxa de atualização em 2014: de 0,30% a.a. a 8,30% a.a.
- (g) Taxa de atualização em 2014: de 0,50% a.a. a 5,50% a.a. + TJLP.
- (h) Taxa de atualização em 2014: 1,40% a.a. + variação cambial.

d. Composição dos repasses por prazo de exigibilidade

	<u>Até</u> <u>90 dias</u>	<u>De 91 a</u> <u>360 dias</u>	<u>De 1</u> <u>a 3 anos</u>	<u>De 3</u> <u>a 5 anos</u>	<u>Acima de</u> <u>5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31/03/2014	452.393	1.020.522	1.593.988	650.278	644.253	4.361.434
Repasses no País - Tesouro Nacional	38.165	68.840	2.000	-	-	109.005
Repasses no País - BNDES	211.190	563.122	886.718	310.502	404.951	2.376.483
Repasses no País - FINAME	203.038	388.560	705.270	339.776	239.302	1.875.946
Em 31/12/2013	489.590	1.133.735	1.684.502	627.840	653.947	4.589.614

e. Despesas de operações de empréstimos e repasses

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Empréstimos no País	(194)	(201)
Empréstimos no exterior	(7.387)	(64.359)
Repasses Tesouro Nacional	(945)	(1.571)
Repasses BNDES	(35.507)	(43.199)
Repasses FINAME	(15.102)	(19.753)
Obrigações com banqueiros no exterior	(124)	(18.705)
Ajustes ao valor de mercado	1.743	8.591
Variação cambial	32.846	116.434
Total	<u>(24.670)</u>	<u>(22.763)</u>

23 Outras obrigações - Sociais e estatutárias

	31/03/2014	31/12/2013
Provisão para participação nos Lucros e Resultados	60.797	346.946
Total	<u>60.797</u>	<u>346.946</u>
Passivo circulante	60.797	346.946
Passivo exigível a longo prazo	-	-

24 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

a. Composição em contas patrimoniais

	31/03/2014	31/12/2013
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	153.421	253.995
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	3.621	4.628
Impostos e contribuições sobre salários	6.565	8.285
Impostos e contribuições sobre aplicações financeiras	15.690	15.401
PIS	3.936	4.157
COFINS	24.221	25.584
ISS	4.321	4.603
Provisão para riscos fiscais (Nota 38)	625.372	573.904
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 35d)	695.901	763.575
Outros impostos e contribuições	23	14
	<u>1.533.071</u>	<u>1.654.146</u>
Total		
Passivo circulante	578.555	649.269
Passivo exigível a longo prazo	954.516	1.004.877

b. Despesas tributárias

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
ISS	(11.619)	(10.732)
PIS	(11.532)	(11.522)
COFINS	(70.778)	(70.905)
Tributos federais	(1.094)	(4.857)
Tributos estaduais	-	(17)
Tributos municipais	(2.216)	(1.935)
Tributos no exterior	(80)	(103)
Atualização de passivos fiscais	(17.883)	(23.733)
Outras	(35)	(2.093)
	<u>(115.237)</u>	<u>(125.897)</u>
Total		

25 Outras obrigações - Dívidas subordinadas

a. Composição em contas patrimoniais

Banco e Consolidado

Captações	Remuneração a.a.	Data da captação	Vencimento	31/03/2014	31/12/2013
Certificado de Depósitos Bancários					
Pós-fixado	de 1,64% a 1,67% a.a. + CDI	08/2009	12/2014	2.075.439	2.018.513
Pós-fixado	de 7,86% a 8,00% a.a. + IPCA	08/2009	08/2014	129.655	124.467
Nota Subordinada					
Com variação cambial	7,38% a.a. + variação cambial	01/2013	01/2020	2.820.964	2.962.359
Letras Financeiras Subordinadas					
Pós-fixado	de 1,30% a 2,20% a.a. + CDI / de 115,00% a 119,00% do DI	11/2010	03/2021	1.697.615	1.492.804
Pós-fixado	de 6,71% a 7,70% a.a. + IGPM	05/2011	10/2017	246.180	237.776
Pós-fixado	de 7,00% a 8,10% a.a. + IPCA	05/2011	11/2023	542.497	522.294
Total				<u>7.512.350</u>	<u>7.358.213</u>

b. Composição por prazo de exigibilidade

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31/03/2014	-	2.205.094	511.807	1.738.056	3.057.393	7.512.350
Certificado de Depósitos Bancários	-	2.205.094	-	-	-	2.205.094
Nota Subordinada	-	-	-	-	2.820.964	2.820.964
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	511.807	1.738.056	236.429	2.486.292
Em 31/12/2013	-	2.142.980	549.935	1.615.675	3.049.623	7.358.213

26 Outras obrigações - Diversas

	31/03/2014	31/12/2013
Provisão para despesas de pessoal	216.051	219.953
Provisão para despesas administrativas	160.214	194.506
Provisão para passivos contingentes (Nota 38)	1.171.464	1.078.953
Provisão para perdas - Fianças não honradas	35.882	50.193
Valores a repassar aos cessionários	36.107	32.793
Provisão para perdas com créditos cedidos	171.978	181.215
RNR - Site Meu Carro Novo	14.703	14.703
Transações de cartão de crédito	532.901	548.217
Liquidações de títulos no exterior	66.986	2.599
Operações de crédito e arrendamentos a liberar	15.094	10.444
Ajuste a mercado op. de crédito	77.324	66.645
Obrigações de operações vinculadas a cessões	13.856.497	12.798.461
Outras	277.237	223.652
	<u>16.632.438</u>	<u>15.422.334</u>
Total		
Passivo circulante	8.830.776	8.014.775
Passivo exigível a longo prazo	7.801.662	7.407.559

- (a) Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012, conforme regulamentação vigente.
- (b) Refere-se, basicamente, aos valores a processar oriundos do fluxo operacional da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil.

27 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O Capital Social é representado por 105.391.472.816 ações, sendo 86.229.386.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.162.085.976 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2013, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social no montante de R\$ 98.920, mediante a emissão de 1.442.096.204 novas ações, sendo 1.179.896.894 ações ordinárias e 262.199.310 ações preferenciais, sem valor nominal, homologado pelo Banco Central do Brasil em 27 de fevereiro de 2014.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinado para “Reserva para expansão”. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c. Ajustes de valor patrimonial reconhecidos no Patrimônio líquido no período

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Saldo inicial	(357.199)	298.879
Títulos disponíveis para venda	<u>47.157</u>	<u>(431.180)</u>
Banco Votorantim S.A.	(6.961)	(224.962)
Controladas	(a) 54.118	(206.218)
Efeitos tributários	<u>(1.061)</u>	<u>169.661</u>
Saldo final	<u><u>(311.103)</u></u>	<u><u>37.360</u></u>
Movimentação do período	46.096	(261.519)

(a) Em 2014, inclui o valor de (R\$ 167.783) referente ao ajuste ao valor de mercado na data de transferência dos títulos reclassificados para a categoria “Mantidos até o vencimento” na controlada BV Financeira e que serão apropriados de acordo com a fluência dos papéis.

28 Receitas de prestação de serviços

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Administração de fundos de investimento	29.220	29.697
Rendas de cobrança	1.524	2.770
Comissões sobre colocação de títulos	7.343	11.738
Corretagens de operações em Bolsa	3.228	4.392
Rendas de serviços de custódia	287	196
Rendas de garantias prestadas	33.539	45.268
Transações de cartão de crédito	11.111	7.517
Comissão de corretagem de seguros	4.172	4.861
Assessoria financeira	1.493	176
Rendas com serviços bancários	5	36
Outras	<u>13.202</u>	<u>2.422</u>
Total	<u><u>105.124</u></u>	<u><u>109.073</u></u>

29 Rendas de tarifas bancárias

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Pessoa física	<u>137.692</u>	<u>127.614</u>
Confecção de cadastro	74.100	68.937
Aditamentos contratuais	1.599	1.604
Avaliação de bens	45.332	44.355
Cartões de crédito	15.939	11.552
Outras	722	1.166
Pessoa jurídica	<u>1.327</u>	<u>1.828</u>
Confecção de cadastro	630	846
Transferências	169	275
Avaliação de bens	315	386
Outras	213	321
Total	<u><u>139.019</u></u>	<u><u>129.442</u></u>

30 Despesas de pessoal

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Honorários	(3.877)	(4.333)
Benefícios	(31.625)	(32.985)
Encargos sociais	(53.773)	(49.601)
Proventos	(167.767)	(140.572)
Treinamentos	<u>(368)</u>	<u>(372)</u>
Total	<u><u>(257.410)</u></u>	<u><u>(227.863)</u></u>

31 Outras despesas administrativas

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Água, energia e gás	(925)	(1.239)
Alugueis	(30.967)	(29.608)
Comunicações	(16.092)	(15.959)
Manutenção e conservação de bens	(4.221)	(3.890)
Material	(329)	(388)
Processamento de dados	(41.695)	(40.741)
Promoções e relações públicas	(1.069)	(722)
Propaganda e publicidade	(645)	(308)
Publicações	(794)	(748)
Seguros	(1.245)	(2.434)
Serviços do sistema financeiro	(33.050)	(37.266)
Serviços de terceiros	(5.863)	(3.711)
Vigilância e segurança	(782)	(693)
Serviços técnicos especializados	(79.306)	(115.713)
Transportes	(4.237)	(3.150)
Viagens	(2.389)	(2.434)
Emolumentos judiciais e cartorários	(35.704)	(68.119)
Amortização	(2.694)	(2.299)
Depreciação	(4.791)	(5.140)
Outras	(16.762)	(32.700)
	<u>(283.560)</u>	<u>(367.262)</u>
Total	<u>(283.560)</u>	<u>(367.262)</u>

32 Outras receitas operacionais

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Recuperação de encargos e despesas	253	153
Variação cambial de invest. no exterior	(32.679)	-
Reversão de provisão de passivos contingentes	1.423	1.125
Correção monetária de depósito judicial	11.359	6.229
Variação monetária ativa	12.822	4.801
Ressarcimento de custos associados	1.459	4.226
Reversão de provisões operacionais	162.069	-
Outras	17.703	300
	<u>174.409</u>	<u>16.834</u>
Total	<u>174.409</u>	<u>16.834</u>

33 Outras despesas operacionais

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Custos associados a produção	(289)	(1.020)
Provisão para passivos contingentes	(125.943)	(161.711)
Variação cambial de invest. no exterior	-	(12.178)
Indenizações cíveis	(45.476)	(50.943)
Depósitos judiciais	-	(10)
Provisão para perdas - Fianças não honradas	14.311	-
Falhas/fraudes e outras perdas	(15.148)	(13.832)
Outras	(16.235)	(707)
	<u>(188.780)</u>	<u>(240.401)</u>
Total	<u>(188.780)</u>	<u>(240.401)</u>

34 Resultado não operacional

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Receitas não operacionais	149.147	-
Investimentos por incentivos fiscais (a)	149.147	-
Despesas não operacionais	(6.919)	(18.012)
Alienação de valores e bens	(2.783)	(15.278)
Outros	(4.136)	(2.734)
Total	<u>142.228</u>	<u>(18.012)</u>

(a) Refere-se ao ganho apurado no primeiro trimestre de 2014 pelo Banco Votorantim na venda de ações decorrentes de incentivos fiscais (FINOR) para a Votorantim Cimentos S/A.

35 Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Demonstração das despesas de IR e CSLL

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Valores correntes	<u>(153.746)</u>	<u>(127.256)</u>
IR e CSLL no País - Corrente	(153.485)	(94.936)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	(261)	(32.320)
Passivo fiscal diferido	<u>67.675</u>	<u>326.427</u>
MTM - TVM / Derivativos / Operações de crédito e arrendamento mercantil	247	286.554
Superveniência de depreciação	67.428	56.961
Compensação de superveniência de depreciação	-	(17.088)
Ativo fiscal diferido	<u>25.711</u>	<u>5.383</u>
Prejuízos fiscais	(13.289)	(7.764)
Bases negativas	7.949	(811)
Superveniência de depreciação	-	17.088
MTM - TVM / Derivativos / Operações de crédito e arrendamento mercantil	(11.338)	(247.398)
Provisão créditos liquidação duvidosa - Carteira própria / Carteira cedida	73.658	166.839
Provisão para perdas - Fianças não honradas	11.061	-
Provisões para contingências fiscais / civeis / trabalhistas	56.992	101.056
Provisões para participações nos Lucros e Resultados e Programa de longo prazo	(94.430)	(13.421)
Provisões para pagamento de honorários	(2.775)	26
Outras provisões	<u>(2.117)</u>	<u>(10.232)</u>
Total das despesas	<u><u>(60.360)</u></u>	<u><u>204.554</u></u>

b. Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Resultado antes dos tributos e participações	<u>258.501</u>	<u>(441.050)</u>
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(60.360)</u>	<u>204.554</u>
Encargo total do IR (alíquota de 25%) e CSLL (alíquota de 15%)	(103.400)	176.720
Encargos sobre receitas não tributáveis	28.459	21.015
Encargos sobre despesas não dedutíveis	16.335	(8.667)
Encargos sobre juros de TVM não tributáveis	90	4.268
Encargos sobre lucros no exterior	330	(2.557)
Encargos sobre participações dos empregados nos Lucros e Resultados	16.520	24.691
Incentivos fiscais (PAT, cultura e outros)	359	422
Outros valores	<u>(19.053)</u>	<u>(11.338)</u>

c. Ativo fiscal diferido (Crédito tributário)

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Total dos créditos tributários ativados	6.558.604	6.544.564
Prejuízos fiscais - no País	677.351	697.839
Bases negativas de CSLL - no País	40.831	37.201
Créditos tributários no exterior	116.368	121.286
MTM - TVM / Derivativos / Operações de crédito e arrendamento mercantil	511.640	524.039
Provisão para créditos liquidação duvidosa - Carteira própria / Carteira cedida	3.817.991	3.744.333
Provisão para perdas - Fianças não honradas	59.662	48.601
Provisões para contingências e Obrigação legal	1.167.349	1.109.154
Provisões de participações nos Lucros e Resultados e Programa de longo prazo	61.289	150.190
Provisões para pagamento de honorários	36.522	39.297
Outras provisões	69.601	72.624

Em 31 de março de 2014, não foram constituídos créditos tributários sobre base negativa e prejuízo fiscal no montante de R\$ 5.654 (R\$ 2.611 em 31 de dezembro de 2013), os quais serão registrados quando atenderem aos aspectos regulatórios e apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico de realização do crédito tributário elaborados pela Administração.

d. Obrigações fiscais diferidas

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Superveniência de depreciação	373.808	441.236
MTM - TVM / Derivativos / Operações de crédito e arrendamento mercantil	322.093	321.526
Operações com derivativos - Regime de caixa	-	813
Total	<u>695.901</u>	<u>763.575</u>

e. Expectativa de realização do crédito tributário

	Valor nominal	Valor presente
Em 2014	1.205.189	1.065.681
Em 2015	2.175.476	1.714.389
Em 2016	883.845	621.117
Em 2017	804.149	504.500
Em 2018	961.054	537.266
A partir de 2019	<u>528.891</u>	<u>183.991</u>
Total	<u>6.558.604</u>	<u>4.626.944</u>

f. Realização e valores nominais de créditos

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (a)	Diferenças Intemporais (b)
Em 2014	10%	20%
Em 2015	6%	37%
Em 2016	3%	15%
Em 2017	8%	13%
Em 2018	12%	15%
A partir de 2019	61%	-

- (a) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes. O crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa contempla também o resultado negativo auferido por subsidiária no exterior;
- (b) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

36 Partes relacionadas

a. Sumário das transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil, e o Conglomerado Industrial Votorantim, sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A.

Os saldos de contas referentes às transações entre as instituições consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

No primeiro trimestre de 2014, o Banco Votorantim efetuou a venda de títulos e valores mobiliários (ações de companhias fechadas) classificadas na categoria disponível para venda, para a controlada BV Financeira, apurando resultado não realizado líquido de impostos e contribuições no valor de R\$ 24.651, eliminado no processo de consolidação do conglomerado financeiro.

	31/03/2014	31/12/2013
Ativo / (Passivo)		
Disponibilidades		
Banco do Brasil S.A. e controladas	3.964	69.829
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Banco do Brasil S.A. e controladas	4.483.044	-
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	29.386.234	25.623.846
Títulos e valores mobiliários		
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	25.495.697	24.898.636
Instrumentos financeiros derivativos		
Banco do Brasil S.A. e controladas	228	-
Votorantim Finanças S.A. e controladas	7.564	9.027
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	150.114	265.319
Votorantim C.T.V.M. Ltda.	1.733	2.543
Operações de crédito		
Banco do Brasil S.A. e controladas	13.138	-
Cessões de crédito (líquido da PDD)		
Banco do Brasil S.A. e controladas	(16.714.326)	(16.483.111)
BV Financeira FIDC I	(88.822)	-
BV Financeira FIDC II	(20.411)	(46.951)
BV Financeira FIDC IV	(729.676)	-
BV Financeira FIDC V	-	(674)
BV Financeira FIDC VI	-	(867.593)
Carteira de câmbio - Posição ativa		
Banco do Brasil S.A. e controladas	1.176.448	5.369
Outros créditos		
Banco do Brasil S.A. e controladas	1.375	-
Votorantim Industrial S.A. e controladas	3	3
Dividendos		
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	3.613	-
Votorantim Asset Management D.T.V.M Ltda.	322.216	-
Investimentos		
Votorantim Industrial S.A. e controladas	(23.478)	-
Depósitos		
Pessoas Físicas	(61.207)	(51.659)
Votorantim Finanças S.A. e controladas	(2.167)	(221.550)
Votorantim Industrial S.A. e controladas	(34)	-
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	(2.690)	(9.748)
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	(288)	(419)
Votorantim C.T.V.M. Ltda.	(270.793)	(262.450)
Votorantim Asset Management D.T.V.M Ltda.	(116.358)	(130.396)
Votorantim Corretora de Seguros Ltda.	(206.939)	(193.365)
BV Sistemas de Tecnologia da Informação S.A.	-	(25.178)
BV investimentos e Participações S.A.	(3)	-
BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A.	(2.167)	-

	31/03/2014	31/12/2013
Ativo / (Passivo)		
Obrigações por operações compromissadas		
Banco do Brasil S.A. e controladas	(63.362)	(55.341)
Votorantim Finanças S.A. e controladas	(19.637)	(137.251)
Votorantim Industrial S.A. e controladas	(109.472)	-
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	(5.477.595)	(4.105.029)
Recursos de letras imob., hipotecárias, de crédito e similares		
Votorantim Industrial S.A. e controladas	(7.058)	(6.914)
Obrigações por empréstimos e repasses		
Banco do Brasil S.A. e controladas	(13.123)	(15.577)
Instrumentos financeiros derivativos		
Banco do Brasil S.A. e controladas	(102.799)	(137.913)
Votorantim Finanças S.A. e controladas	(140.054)	(134.598)
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	(22.188.591)	(21.493.997)
Outros valores a receber / (pagar)		
Banco do Brasil S.A. e controladas	(1.176.422)	(23.024)
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	1.416.790	-
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	126.000	(173)
Votorantim C.T.V.M. Ltda.	7	4
Votorantim Asset Management D.T.V.M Ltda.	2.086	-
Banco Votorantim Securities Inc.	(73)	(961)
Votorantim Bank Limited	(161)	(117)
Votorantim Securities UK Limited	(21)	(913)
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2014	31/03/2013
Receita / (Despesa)		
Operações de crédito		
Banco do Brasil S.A. e controladas	68	78.061
Resultado com títulos e valores mobiliários		
Banco do Brasil S.A. e controladas	69.994	2.142
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	584.829	664.348
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	597.189	371.934
Votorantim Corretora de Seguros Ltda	-	3.314
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		
Banco do Brasil S.A. e controladas	-	(29.600)
Votorantim Finanças S.A. e controladas	(1.561)	2.693
Votorantim C.T.V.M. Ltda.	(810)	(1.619)
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	(556.936)	(499.070)
Resultado com operações de câmbio		
Banco do Brasil S.A. e controladas	(33.820)	(36.825)
Votorantim Finanças S.A. e controladas	(850)	(20)

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Receita / (Despesa)		
Operações de captações no mercado		
Banco do Brasil S.A. e controladas	(667)	(11.492)
Votorantim Finanças S.A. e controladas	(8.260)	(10.709)
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	(130.205)	(60.977)
Votorantim C.T.V.M. Ltda.	(6.989)	(4.332)
Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda.	(3.236)	(2.041)
Votorantim Corretora de Seguros Ltda.	(4.477)	-
BV Participações S.A. e controladas	-	(2.643)
BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A.	(17)	-
Operações de empréstimos e repasses		
Banco do Brasil S.A. e controladas	(35)	(179)
Receitas / (Despesas) de prestação de serviços		
Banco do Brasil S.A. e controladas	-	42
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	-	45
Banco Votorantim Securities Inc.	-	(1.344)
Outras despesas administrativas		
Banco do Brasil S.A. e controladas	(586)	1.699
Banco Votorantim Securities Inc.	(141)	-
Votorantim Securities UK Limited	(26)	-
BV Participações S.A e controladas	-	(16.117)
Outras receitas / (despesas)		
Banco do Brasil S.A. e controladas	16	-
Votorantim Finanças S.A. e controladas	5	-
Votorantim Industrial S.A. e controladas	149.147	-

No trimestre findo em 31 de março de 2014, o Conglomerado, por meio de sua controlada BV Financeira, realizou cessões de crédito com retenção substancial de risco com parte relacionada. A soma dos valores presentes totalizou R\$ 2.607.649 para o trimestre findo em 31 de março de 2014 (R\$ 13.177.302 em 31 de dezembro de 2013).

b. Remuneração de pessoal-chave da Administração

No trimestre findo em 31 de março de 2014, o Banco Votorantim despendeu o montante de R\$ 26.102 como remuneração às pessoas-chave da Administração, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

Honorários	3.827
Gratificações	16.212
Encargos sociais	6.063
Total	26.102

O Banco não concede empréstimos às pessoas-chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

37 Benefícios a empregados

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

A Companhia implementou no primeiro semestre de 2013 o novo Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012.

A Companhia possui 3 planos de incentivos de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. São eles:

a) Incentivo Variável Condicionado: plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados beneficiados pelo Plano de IVC.

b) Incentivo de Longo Prazo: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia baseado na performance de cada ano. São elegíveis ao plano os diretores e os empregados de nível executivo.

c) Programa de Compra de Ações Virtuais: plano com duração de 4 anos, onde todos os diretores e empregados tem a oportunidade de investir parte ou totalidade da remuneração variável disponível em Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia e, em contrapartida, a Companhia entrega de forma progressiva Unidades de Investimentos adicionais.

No período, foram reconhecidos no resultado em “Despesas de Pessoal - Proventos” do Conglomerado R\$ 28.476 em relação às transações de incentivos de longo prazo. Essa despesa, mensurada com base no valor justo na data da concessão, decorre de acordos celebrados com alguns colaboradores do Conglomerado, em conformidade com a política de remuneração. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo quatro anos contados da data da concessão, considerando-se que os titulares estejam empregados no Conglomerado durante o período, cuja liquidação ocorre em espécie. Em 31 de março de 2014, o Conglomerado registrou na rubrica de “Outras obrigações - Diversas - Provisão para despesas de pessoal” o montante de R\$ 93.524 (R\$ 28.476 em 31 de dezembro de 2013).

Cálculo do valor justo

No ano de 2014, o Conglomerado concedeu 56.221.185 ações virtuais aos diretores e empregados. O valor inicial das ações virtuais foi calculado sobre o Patrimônio, onde foi atribuído o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido serão excluídas as movimentações eventuais, que serão avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

38 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

a. Composição dos passivos contingentes classificados na categoria de risco provável e obrigações legais

		31/03/2014	31/12/2013
Contingências fiscais	(a)	624.729	573.264
Obrigações legais	(b)	643	640
Subtotal (Nota 24a)		625.372	573.904
Contingências cíveis	(c)	331.866	327.696
Contingências trabalhistas	(d)	839.598	751.257
Subtotal (Nota 26)		1.171.464	1.078.953
Total		1.796.836	1.652.857

- (a) Em decorrência da ação judicial que discute a base de cálculo da COFINS, as empresas do Conglomerado Financeiro possuem Mandado de Segurança no qual discutem a ocasião da dedutibilidade da COFINS no Lucro real e na Base de Cálculo CSLL. Para fins de adequação das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas, no período, foi constituída a provisão referente ao passivo em discussão (apresentada na rubrica de “Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias”); e crédito tributário correspondente, de acordo com as características/argumentações da referida discussão judicial (apresentado na rubrica de “Outros créditos - Diversos”).
- (b) As empresas do Conglomerado Financeiro fizeram opção pelo pagamento à vista da COFINS, nos termos do artigo 39 da Lei nº 12.865/13.
- (c) Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas, sendo apresentadas na rubrica “Outras obrigações - Diversas”.
- (d) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros; sendo apresentadas na rubrica “Outras obrigações - Diversas”.

b. Movimentação dos passivos contingentes classificados na categoria de risco provável e obrigações legais

	Demandas fiscais		Demandas cíveis		Demandas trabalhistas		Obrigação legal	
	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/12/2013
Consolidado								
Saldo inicial	573.264	476.454	327.696	274.758	751.257	528.058	640	1.612.135
Constituições	40.107	69.489	44.972	219.423	94.724	460.204	-	6.150
Reversões (a)	(299)	(109)	(17.512)	(54.193)	(21.188)	(276.994)	-	(1.687.411)
Baixas (a)	(13)	(755)	(23.290)	(112.292)	(9.307)	(143.121)	-	-
Atualizações	11.670	28.196	-	-	24.112	42.177	3	69.654
Incorporação	-	101	-	-	-	140.933	-	-
Reclassificações	-	(112)	-	-	-	-	-	112
Saldo final	<u>624.729</u>	<u>573.264</u>	<u>331.866</u>	<u>327.696</u>	<u>839.598</u>	<u>751.257</u>	<u>643</u>	<u>640</u>

(a) As reversões e baixas das contingências trabalhistas referem-se, basicamente, a indenizações trabalhistas por acordos.

c. Composição dos passivos contingentes classificados na categoria de risco possível

		Consolidado	
		31/03/2014	31/12/2013
Contingências fiscais	(a)	669.770	707.234
Contingências cíveis	(b)	17.360	16.798
Contingências trabalhistas	(c)	<u>1.165.662</u>	<u>1.330.180</u>
Total		<u>1.852.792</u>	<u>2.054.212</u>

(a) Referem-se basicamente: a) IRPJ/CS sobre equivalência patrimonial de investimentos no exterior R\$ 201.146 (R\$ 198.805 em 2013); b) INSS R\$ 149.631 (R\$ 147.703 em 2013); c) IRPJ de excesso de destinação ao FINOR (2006 a 2010) R\$ 103.419 (R\$ 107.145 em 2013); d) ISS R\$ 35.175 (R\$ 70.001 em 2013); e) INSS sobre participações nos lucros e resultados - Agência Nassau Branch R\$ 45.714 (R\$ 45.186 em 2013); f) PIS / COFINS sobre desmutualização R\$ 32.920 (R\$ 32.258 em 2013) e g) IRPJ/CS sobre compensação indevida - Gratificações a diretores estatutários R\$ 20.178 (R\$ 24.515 em 2013).

(b) Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

(c) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

d. Depósitos judiciais apresentados em Outros créditos - Diversos

	31/03/2014	31/12/2013
Contingências fiscais	572.288	558.964
Contingências cíveis	117.028	121.270
Contingências trabalhistas	128.299	114.367
Outros	<u>206</u>	<u>212</u>
Total	<u><u>817.821</u></u>	<u><u>794.813</u></u>

e. Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

Os principais temas discutidos nessas ações referem-se à cobrança de tarifas e questões envolvendo crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

f. Ativos contingentes

Não existe ativo contingente contabilizado.

39 Outras informações

a. Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (*financial covenants*). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de março de 2014, o Conglomerado atende a todos os índices financeiros.

b. Medida Provisória nº 627 (MP 627/13)

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

O Conglomerado aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para o Conglomerado.
